



---

## Documentos da Convenção

Moção Global  
Moções Sectoriais  
Intervenções

# **Moção Global**

## **“Fazer a Diferença”**

### **1. O Bloco de Esquerda e as Eleições Regionais**

No próximo mês de Outubro, os açorianos e açorianas vão ser chamados a determinar a composição do próximo Parlamento Regional. O Bloco de Esquerda/Açores encara este julgamento com toda a confiança. Ao longo destes quatro anos, o BE foi um partido de denúncia, e foi um partido de propostas concretas por melhores condições de vida dos açorianos e açorianas e pelo combate contra a promiscuidade entre os interesses públicos e privados, mas também foi um partido de consensos por objectivos que interessam à Região.

Fomos firmes na defesa da Autonomia, e hoje, que novos desafios se colocam aos Açores, apresentamos propostas concretas e sérias para o seu aprofundamento em defesa dos Açores.

Batemo-nos por um novo paradigma para a economia, que quebre com as desigualdades sociais e tire a Região dos últimos lugares dos indicadores sociais. Apresentamo-nos a estas eleições com propostas concretas para abrir este caminho.

Assumimos, com toda a clareza, que o Bloco de Esquerda/Açores tem uma visão estratégica para os Açores, que passa por propostas concretas, combatendo a subserviência e o atavio da elite política e económica que tem dirigido os Açores.

Por tudo isto, pela combatividade e capacidade de propositura, porque sentimos esse apoio nas populações, porque não temos medo das responsabilidades e de as assumir em defesa dos Açores e suas gentes, encaramos com confiança estas Eleições Regionais.

### **2. Os Açores no contexto europeu**

A Europa dos mercados tem uma política contrária ao nosso país e, por consequência, contra a nossa Região.

A Comissão Europeia é hoje o quartel general dos interesses do sector financeiro e das grandes companhias, cuja agenda é bastante clara: baixar salários e direitos, derrubar o estado social e destruir os serviços públicos a troco de rendas aos privados. Na busca de aumento da taxa de lucro em favor do capital financeiro, a Comissão Europeia usa o Tratado Orçamental e as dívidas soberanas como instrumentos destes desígnios.

A demagogia dos fundos europeus não compensa a sistemática destruição do nosso sistema produtivo, que decorre ao longo dos anos.

A crise da lavoura açoriana é o exemplo claro desta perspectiva que norteia a Comissão Europeia.

Na mesma linha de actuação, vem o anunciado tratado comercial entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, conhecido como TTIP. Este tratado representa a desregulação acelerada das condições de trabalho, dos condicionalismos ambientais e de saúde e vai representar a falência de muitos pequenos e médios negócios em favor das grandes multinacionais de vários sectores de actividade.

Não se compreende que PS/Açores e PSD/Açores apoiem a concretização deste tratado, a não ser pela habitual subserviência às administrações norte-americanas. Na defesa do interesse dos Açores não é concerteza.

Assumiremos neste combate os interesses do País e da nossa Região, por isso defendemos:

- O fim do Tratado Orçamental;
- Reestruturação da dívida externa;
- Não ao tratado comercial entre EUA e UE – TTIP.

### **3. Os Açores são parte integrante do país**

A maioria parlamentar saída das eleições legislativas nacionais entendeu-se para apoiar um governo do Partido Socialista. Esta solução coloca em evidência o que sempre defendemos, os eleitores e eleitoras votam para eleger o Parlamento do qual sai o futuro governo do país.

Logicamente, nos Açores funcionam os mesmos princípios.

A constituição desta maioria, para a qual o Bloco de Esquerda teve um papel decisivo, é benéfica para os Açores, como tem sido para o País. Desde logo, porque defende os valores da Autonomia, ao contrário daquilo que fez a maioria PSD/CDS.

Mas também porque a sua política de reposição de poder de compra e direitos dos trabalhadores tem vindo a ser importante para os trabalhadores açorianos, nomeadamente através do aumento do salário mínimo, entre outras medidas. São ainda importantes as conquistas na área da saúde, com a nova relação entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde, assim como a alteração à lei do ordenamento do mar ou a reposição parcial em matéria de tribunais.

Se o caminho percorrido tem sido no sentido positivo, ele deve concretizar-se com respostas concretas aos desafios que estão colocados.

Uma Autonomia exigente tem de lutar por:

- Reposição da Lei das Finanças Regionais de 2010;
- Colmatar o grande défice de trabalhadores da administração central nas diferentes áreas dependentes do poder central;
- Debelar as gravíssimas condições prisionais existentes em Ponta Delgada e também na Horta;
- Reforçar as equipas de evacuação de doentes e sinistrados por parte da força aérea;
- Defender e reforçar a Universidade dos Açores na condição da sua insularidade e tripolaridade;
- Garantir a modernização técnica da RTP/Açores e os meios humanos necessários para que esta tenha condições de ser um verdadeiro instrumento de coesão regional.

#### **4. Os Açores numa encruzilhada**

Os últimos lugares dos indicadores sociais, no quadro nacional, são a triste realidade com que açorianos e açorianas se deparam. Esta realidade contrasta com as constantes proclamações do Governo Regional das supostas vitórias da economia.

Estas proclamações escondem o constante alargamento das desigualdades sociais na nossa Região. Escondem a realidade de mais de 20 mil desempregados, da maior taxa de utilização do Rendimento Social de Inserção do país, do ordenado mínimo ser a norma no sector privado, e da precariedade no trabalho ser o modo de vida para muitos açorianos e açorianas, em particular para os jovens.

O Governo Regional é, ele próprio, um factor activo de compressão para a existência de baixos salários, dando o mau exemplo: as novas normas de financiamento do sector social não são mais do que uma chantagem sobre os trabalhadores, e a abusiva utilização dos contratos de inserção que obrigam os desempregados a ocupar lugares de necessidades permanentes, sem direitos, com baixíssimos salários, e sem futuro, é outro exemplo desta política.

Por outro lado, é este mesmo Governo que faz prosperar interesses privados rentistas em áreas tão díspares como a energia, a educação ou a saúde. São os “negócios para amigos”.

É neste quadro, que exige mudanças profundas, que nos deparamos com um Partido Socialista que se apresenta a eleições sem ideias inovadoras e sem uma

estratégia para o futuro da Região. É um “mais do mesmo” com a continuidade de políticas que agudizam os problemas e provocam desmobilização e apatia.

A direita, liderada pelo PSD, com a companhia do CDS, nada traz de novo. Limita-se a esperar, e move-se entre as fotos que consegue tirar com congressistas norte-americanos e as promessas ocas de futuros melhores, sem apresentar, de forma concreta, conteúdo diferente.

Potenciar as riquezas dos Açores para trilhar novos caminhos na nossa economia e na prática política, partindo da realidade concreta, é a proposta do Bloco de Esquerda para enfrentar os novos desafios que estão colocados.

## **5. Novos desafios, novas respostas, novas oportunidades**

A diversificação da nossa economia é uma necessidade premente. Essa diversificação deve assentar em factores próprios à Região, e trazer maior valor acrescentado e emprego qualificado.

O desenvolvimento do turismo é um factor deste processo, que se apresenta na direcção certa, desde que respeite os limites da tipologia da nossa oferta como turismo de natureza.

Mas novas oportunidades surgem de forma vincada, como o mar e a nossa posição estratégica, entre dois continentes.

### **5.1. O Mar**

O Mar, com as suas fontes hidrotermais, a sua biodiversidade única, E a riqueza do seu solo e subsolo marinhos, impõe-se como a grande alavanca de progresso.

Desde 2004 que o Bloco defende esta perspectiva, através da criação de um centro de investigação público das ciências do mar no Faial. Hoje, o consenso em torno desta ideia e mesmo a sua consagração no programa do governo da República é para nós motivo de satisfação. Mas se a ideia seguiu o seu caminho, a sua concretização não está garantida. O papel acolhe tudo...

Continuar a luta pela concretização desta ideia de dotar os Açores de um centro de investigação com o carácter de um instituto público nacional sediado no Faial é o caminho que se nos apresenta.

As riquezas do nosso mar não são para alugar a preço baixo. Hoje, o conhecimento é a grande mais-valia do mundo. A concretização de um centro de investigação insere-se nesta ideia, que pode também ser um pólo de atracção para a indústria biotecnológica e outros sectores tecnológicos. Por outro lado, a concretização deste

centro ajudará a potenciar novas valências e maior atratividade para a Universidade dos Açores.

A verdade é que sem investir no conhecimento será impossível controlar, do ponto de vista económico, e ambiental, a futura exploração do solo e subsolo marinhos.

Nesta perspectiva defendemos:

- Concretização na próxima legislatura do centro de investigação no Faial com carácter de instituto público nacional.

## **5.2. Posição estratégica da Região Autónoma dos Açores**

A tão propalada posição estratégica dos Açores, infelizmente, até hoje, e desde que assim foi considerada, serviu exclusivamente para a guerra.

Como sempre assumimos, era, e é, um destino errado, mas mais importante, era um impedimento sério ao desenvolvimento da economia dos Açores.

Os desenvolvimentos dos últimos anos mostram que a razão estava do nosso lado, facto aceite por cada vez mais pessoas.

Manter a base adormecida só significa a prepotência da administração norte-americana, que se comporta como “dona daquilo que é nosso”. E da parte da elite que nos governa, significa a maior subserviência ao “senhor feudal”, por razões ideológicas, em detrimento dos interesses dos Açores.

A nossa posição estratégica deve ser usada como plataforma logística e técnica para a aviação civil e o novo, e maior, fluxo de transporte marítimo que se avizinha.

Transformando um peso morto na ilha Terceira num projeto de desenvolvimento, capaz de atrair mão de obra qualificada e potenciando assim outras ilhas – como a capacidade instalada na ilha de Santa Maria – para a aviação civil.

Ninguém investe para o futuro numa zona que a qualquer momento pode fechar para estar ao serviço de uma qualquer guerra, por isso, defendemos:

- Total limpeza da pegada ambiental deixada pelas autoridades norte-americanas na Base das Lajes;
- Moratória de 4 anos para total cessação das actividades militares estrangeiras na Base das Lajes;
- Realização das ações necessárias para a transformação das actuais estruturas da Base das Lajes, na ilha Terceira, em plataformas de apoio logístico e técnico para a aviação civil e tráfego marítimo.

## **6. Aprofundar a Autonomia**

Os novos desafios que estão colocados aos Açores, a par da experiência destes últimos 40 anos, tornam imperativo o alargamento do poder autonómico.

A importância da autonomia está consagrada no coração de todos os açorianos e açorianas, porque foi a Autonomia a principal responsável pela melhoria das condições de vida das pessoas residentes neste arquipélago.

A importância da realidade autonómica obriga-nos ao maior respeito por este Estatuto e também à maior responsabilidade. Em consequência, a Autonomia não será objeto por parte do Bloco de Esquerda para jogos políticos estéreis, utilizados por quem quer esconder a falta de ideias.

Hoje, quando todos falam da economia do mar em todas as suas vertentes, não pode ser o mar dos Açores e as implicações da sua exploração decididas a milhares de quilómetros de distância. Entre múltiplos factores, as implicações negativas de uma exploração desenfreada, no ambiente ou na saúde das pessoas, serão sofridas por quem cá vive e não daqueles que no Terreiro do Paço decidem a nossa vida.

Em paralelo, as decisões em Tratados Internacionais que impliquem a Região e tenham impacto na vida de quem cá vive não podem mais continuar, como até aqui, e por isso defendemos:

- Aprofundamento do nosso Estatuto Político e Administrativo no sentido de a Região, não só ser ouvida, mas que o seu parecer seja determinante em matérias relacionadas com o seu mar e tratados internacionais que tenham implicações diretas na Região.

## **7. Proteção e desenvolvimento das actividades tradicionais da economia**

### **7.1. Sector das Pescas**

Os sectores da nossa economia dita "tradicional " estão em crise profunda. No sector das pescas, quer as capturas, quer o valor, e principalmente os rendimentos dos pescadores – na maioria dos casos abaixo do limiar de pobreza – são o espelho da crise que se vive no sector.

A sustentabilidade da actividade piscatória não é compatível com erros anteriores, como foi o caso de a Região abdicar de lutar pela gestão da sua Zona Económica Exclusiva, no passado, ou a indiscriminada construção de novas embarcações.

Uma nova política para a sustentabilidade das pescas é necessária. Ela deve partir de um debate sério e urgente sobre como garantir que, a médio e longo prazo, que os stocks de pesca não desaparecem no mar dos Açores.

Por isso, defendemos:

- Co-gestão das nossas águas com a Comissão Europeia;
- Implementação de um Plano que contemple medidas que garantam a sustentabilidade da pesca, que passam pela revisão do número e tipo de embarcações dos diversos segmentos da frota existente, e por uma gestão da pesca que envolva as organizações do sector;
- Contratos de trabalho para todos os pescadores;
- Diminuição do esforço de pesca para 10 meses por ano sem perda de rendimentos para os pescadores;
- Reforço do estudo do mar e das suas capacidades piscatórias pela Universidade dos Açores;
- Correspondência do fundo de pesca ao salário mínimo regional.

## **7.2. O sector agropecuário**

A aliança das políticas europeias ao serviço dos grandes interesses do sector agropecuário, com más políticas praticadas no País e na Região, estão na origem da atual crise do sector.

O fim das quotas leiteiras é o fim da regulamentação do sector, uma situação que só interessa aos grandes produtores. Este facto faz perigar a sustentabilidade económica das pequenas produções e particularmente de zonas tão específicas como os Açores.

Contudo, as políticas regionais apostadas na quantidade e não na qualidade, como seja o fomento da estabulação e da alimentação por rações produzidas com recurso a organismos geneticamente modificados (OGM), são contrárias ao apuramento da qualidade e, logo, da diferenciação do leite e seus derivados como produtos de maior valor.

Para que a marca Açores não se torne num logro, importa adotar uma política que concorra para a sua sustentabilidade optando por um modelo que torne os produtores menos dependentes da ração, de fertilizantes e de produtos fitossanitários.

Assim, impõe-se:

- Reposição das quotas leiteiras, ou mecanismos de regulação com efeito idêntico;
- Aposta clara em gado de pastagem, com a diminuição da quantidade de ração na sua alimentação, garantindo que esta não tem OGM na sua composição;
- Política de emparcelamento assente no projeto de transformação que conduza a um modelo de produção sustentável;



- Aposta clara na diferenciação pela qualidade – em vez de quantidade – no contexto de procura de modelo para uma produção sustentável;

- Aposta na produção de produtos derivados de leite de maior valor acrescentado.

No sector agrícola são necessárias apostas mais fortes e tecnicamente mais sustentáveis. A pouca aposta neste setor torna a região uma grande importadora e impede a sua diferenciação com um aumento de produção.

Importa também que se promovam as boas práticas agrícolas, mormente com sistemas de produção integrada e biológica.

Propõe-se assim:

- Novas propostas de apoio para as horto-frutícolas, florícolas e mel, com especial incidência para a prática de proteção integrada e a agricultura biológica;

- Criar um sistema de incentivos para projetos que potenciem a utilização/transformação de produtos regionais;

- Maior apoio técnico, nomeadamente através de equipas de extensão rural.

## **8. Transparência na economia e na administração pública**

### **8.1. Economia**

Milhões de euros são malbaratados, todos os anos, nas mais diversas áreas da economia em apoios a empresas que mais não fazem do que instalar-se na Região, com apoios públicos, tendo assegurada a compra integral dos seus serviços pelo sector público.

Este rentismo tem particular realce nas áreas da energia, educação e saúde, e desmentem a tão propalada ideia de que a gestão privada é melhor do que a pública. Note-se só o caso da radioterapia, na qual o governo assume que são os tratamentos mais caros do país.

Mas este rentismo e ausência de transparência é também particularmente notório nas empreitadas públicas: as célebres constantes derrapagens das obras públicas.

Entrelaçados com as derrapagens surgem os constantes erros técnicos nas obras. São particularmente penalizadoras as obras dos portos, por má concepção técnica ou por pura teimosia em não ouvir quem percebe do mar. Os casos do porto de Rabo de Peixe ou do novo cais da Horta são exemplos máximos deste crime económico.

O combate nesta área, com propostas concretas feitas pelo Bloco de Esquerda, tem esbarrado na oposição da maioria, que está mais disponível para os “negócios” do que para o bem público.

Tudo isto custa milhões de euros do nosso dinheiro, sem quaisquer responsabilidades para os culpados destes erros.

Mas esta falta de transparência estende-se aos concursos públicos para preencher vagas na administração regional, cuja prática se estende à administração local.

Por tudo isto, defendemos:

- Fim aos apoios públicos a empresas que concorram diretamente com serviços públicos;
- Alteração ao Código dos Contratos Públicos por forma a combater as derrapagens financeiras e garantir maiores exigências de qualidade técnica nos projetos e na sua fiscalização e responsabilização.

## **8.2. Administração Regional**

Sabemos que a defesa da transparência nos serviços públicos é também a defesa da sua qualidade. Importa, portanto, garantir essa transparência nos diferentes aspetos, entre os quais os relacionados com a contratação e a remuneração nestes serviços.

Devemos garantir que cesse a prática de admissão de pessoas a prazo na administração regional, sem qualquer concurso. Ela é uma prática lesiva dos princípios democráticos que devem presidir à contratação pública.

Devemos exigir que os gestores públicos, administradores e diretores executivos do setor empresarial regional, passem a ser admitidos por concurso, favorecendo a transparência.

Urge também corrigir problemas de transparência associados à definição da remuneração dos gestores públicos regionais.

Assim, propomos:

- Admissão de pessoal para a administração regional de maneira transparente e igual para todos/as os/as concorrentes;
- Adequar o número de cargos de chefia, às reais necessidades dos serviços;
- Promoção de sistemas de valorização profissional obrigatoriamente, em todos os organismos públicos;
- A avaliação dos funcionários públicos nos moldes anteriores ao SIADAPRA;
- Proceder à admissão dos gestores públicos por procedimento concursal;
- Limitar a remuneração fixa dos gestores públicos à remuneração do Presidente do Governo Regional e limitar a componente variável da remuneração a um terço da sua componente fixa;

- Impor limitações à remuneração dos administradores não executivos e às remunerações em casos de acumulação de cargos de administração em empresas públicas;
- Obrigar à publicação das remunerações dos gestores públicos, bem como dos respetivos critérios de fixação.

## **9. Defesa dos serviços públicos, por melhores serviços**

### **9.1. Saúde**

Na saúde, apesar de toda a propaganda, o Governo Regional não cumpriu as suas promessas para esta legislatura: garantir a todos os açorianos e açorianas um médico de família e um combate sério às listas de espera, quer de especialidade quer cirúrgicas.

Ao fim de quatro anos, o que é basilar na saúde não foi cumprido. Esta situação penaliza fortemente não só a qualidade de vida das pessoas, mas também aumenta os custos com a saúde, pois obriga-as a recorrer ao privado.

Paralelamente, durante a legislatura, o Governo Regional diminuiu os apoios ao transporte de doentes para consultas ou tratamentos, assim como reduziu a ida de especialistas às ilhas sem hospital.

São traços de uma política que dificulta o acesso à saúde.

Para este combate propomos:

- Fim das taxas moderadoras;
- Fechar a Saudaçor, integrando os seus trabalhadores/as na Secretaria Regional da Saúde;
- Dotar os Açores dos médicos de família necessários e implementar as Unidade de Saúde Familiar;
- Implementar um programa especial de combate às listas de espera;
- Implementar uma coordenação regional dos três hospitais existentes;
- alargamento do horário dos centros de saúde , nomeadamente à noite;
- Dar condições de deslocação aos doentes que precisam de consultas ou tratamentos, assim como rever os apoios aos doentes deslocados das suas ilhas e seus acompanhantes, dando condições mais dignas;
- Ampliar e agilizar o processo de evacuação de doentes;
- Garantir o acesso aos serviços dentários, fisioterapia, psicologia e nutrição com a contratação de especialistas;

- Diminuir a carga burocrática relativa à emissão de 'Certificados de Incapacidade Temporária Para o Trabalho;
- Maior articulação entre os hospitais, os Centros de Saúde, e a Segurança Social;
- Criação de uma equipa ou unidade de treino e formação, em cuidados paliativos, para assistência aos familiares cuidadores;
- Criação de equipas multidisciplinares com formação em cuidados paliativos, ao nível hospitalar e ao domicílio, dando cumprimento a um devido acompanhamento de doentes e suas famílias;
- Criação de equipas multidisciplinares para a saúde escolar;

## **9.2. Educação**

Os avanços na educação assumidos nos anos da Autonomia são marcantes em relação ao “ponto de partida”. Mas, se isto é verdade, também é verdade que a Região ainda está aquém das suas necessidades.

Somos a região do País que tem os índices mais altos de abandono escolar, de insucesso escolar, de iliteracia e mesmo de analfabetismo. Esta é a realidade que hoje se impõe combater.

Estamos mais longe do que qualquer outra região nos objetivos nacionais para o número de pessoas com o 12º ano ou licenciatura.

Todo este quadro contribui para a pobreza estrutural que existe na RAA e, ao mesmo tempo, nega a capacidade que a escola deve ter na promoção da mobilidade social e no combate às desigualdades sociais.

Acresce-se o papel que a Universidade dos Açores deve ter como aliado na transformação de uma região que precisa de mais especialização e de formação superior em todas as ilhas e na qual o seu carácter tripolar tem uma relevância fundamental.

Por todos estes motivos, entendemos ser tarefa prioritária:

- Estender a cobertura do pré-escolar para 100% em todas as ilhas, com flexibilidade de horários, refeições quentes e em funcionamento durante todo o ano;
- Realizar um combate sério ao abandono e insucesso escolar, através de equipas multidisciplinares de professores e técnicos especializados, que assumam o desempenho de tutoria em articulação com o ambiente familiar;
- Reforço da educação para a saúde nas escolas, nomeadamente através da educação sexual e do combate à toxicodependência, em particular do álcool;
- Melhorar de forma substancial as refeições escolares, garantindo a todos os alunos o acesso a comida quente e a extensão desta prestação nas férias escolares;

- Dotar as escolas de real autonomia, para que possam desenvolver os seus projetos educativos de acordo com a realidade das comunidades em que se inserem;
- Garantir a unidade do ensino básico para todos os alunos, isentos de cursos profissionais nesta fase de ensino;
- Reforço das medidas de apoio à educação durante a vida;
- Garantir o apoio da tripolaridade à Universidade dos Açores;
- Apoiar a formação à distância, utilizando novas tecnologias, procurando estender a oferta de formação superior a toda a RAA;
- Reforçar a ação social escolar, nomeadamente com a distribuição de livros gratuitos no 1º ciclo do ensino básico;
- Alterar o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário para impedir o financiamento público a instituições privadas de ensino de carácter não supletivo relativamente à oferta pública;
- Acompanhar a reforma sobre o fim dos exames em curso na República.

### **9.3. Cultura**

Defender a cultura, é defender a identidade de um povo.

De facto ter em atenção a forma como cada comunidade se exprime e realiza ações onde se cruzam aspetos da sua vida material, espiritual e simbólica, traduz a maneira própria como cada sociedade se liga ao espaço e ao tempo em que vive.

As ações de carácter cultural e todos os fenómenos que lhe estão associados fazem parte integrante da vida das comunidades. Não existem de per si e desligados de todos os outros aspetos da vida em sociedade.

Nos Açores, nos últimos anos, a política cultural desenvolvida, se por um lado, consolidou espaços (organismos) e permitiu a construção e ampliação de equipamentos de estruturas de apoio, por outro demonstrou mais dificuldade na articulação desses equipamentos e das valências que eles foram disponibilizando.

A necessária integração e a transversalidade das políticas culturais radicam no facto de que todos os aspetos da vida humana são, também, atos /ações com /de expressão cultural. Mesmo a imaterialidade de certos fenómenos culturais se exprime e/ou resulta de contextos socio-políticos-económicos específicos. Assimetrias, despatrimonializações e/ou abandonos traduzem essa ação desarticulada e atomista de entender as ações humanas e atribuindo à cultura atributos de proteção e valorização folclorística instrumentalizável.

Na RAA, tem havido alguma discussão em torno de qual a melhor organização para encetar uma política cultural e apoiar as atividades culturais. Entendemos que é tempo de dar um espaço mais visível à política cultural na região, valorizando-a, através da criação de uma Secretaria Regional da Cultura.

Defendemos:

- Criação de grupos de trabalho interdepartamentais, promovendo a partilha de recursos, a transversalidade de medidas e projetos, de forma articulada, otimizando recursos;
- Cartografar recursos existentes e estabelecer uma planificação de linhas estruturantes de atuação para a defesa patrimonial;
- Estabelecer redes, procurando valorizar os fenómenos culturais e protegendo as comunidades de pequena dimensão;
- Criação de um teatro profissional que possa ser um espaço de experimentação e de promoção da entidade da região e das suas vivências;
- Criação de uma Secretaria Regional da Cultura no contexto do Governo Regional dos Açores.

#### **9.4. Ciência**

A ciência é aliada do desenvolvimento. É o pilar da inovação, tão necessária numa região como os Açores, com as fragilidades económicas e sociais e com os desafios que se lhe colocam.

A inovação surge através de uma política científica ativa que garanta, entre outros aspetos, o apoio à formação científica, o apoio à estruturação da comunidade científica e o apoio a projetos de Investigação e Desenvolvimento.

O investimento em ciência nos Açores tem-se ficado pelos 0,4% do PIB, um valor que está muito longe dos 3% alcançado pelos países europeus que mais investem. É necessário aumentar este investimento.

Em paralelo, há que ter uma visão estratégica e, sobretudo, criar uma linha orientadora a médio-longo prazo. Os investigadores planeiam a sua investigação a médio-longo prazo, exigindo, dessa forma uma política em ciência que garanta um horizonte temporal que se estende para lá da legislatura. Por outro lado, é essencial apostar num sistema de incentivos que não permita a perpetuação da condição de bolseiro.

Defendemos, por isso:

- Garantir a abertura de bolsas de formação avançada, para doutoramento e pós-doutoramento de forma regular, que garanta um trabalho científico contínuo e de qualidade nos Açores;
- Garantir que os bolseiros têm condições materiais efetivas para realizar o seu plano de atividades;
- Desenhar o sistema de incentivos de modo a que a figura do contrato de trabalho passe a ser a forma preferida de inserção de investigadores nos projetos;
- Apoio a projetos de investigação fundamental com tipologias variadas contemplando projetos estruturantes e de longo prazo (3 a 5 anos).

## **9.5. Transportes**

No Arquipélago dos Açores, os transportes são como se tratasse do nosso sangue. A sua importância é evidente, não só para a economia, mas também para a vida de todos os dias, assim como para o ambiente.

O início da operação das companhias low cost veio procurar resolver o problema da dificuldade de acessibilidade ao exterior. Esta solução, feita à custa da SATA e da TAP, não está isenta de custos indiretos. Na verdade, estes serviços mais baratos só são possíveis porque são entregues milhões de euros do erário público às empresas low cost que operam na Região.

Todavia, e apesar das expectativas criadas, esta solução mostrou as suas fragilidades. Só serve de forma capaz a maior ilha e provoca, por este facto, distorções sérias no desenvolvimento da Região, que se pretende que seja equilibrado. Reduzir estas distorções com um serviço idêntico na Terceira vai custar ainda mais milhões e, pela lógica atual, essa solução coloca de fora as ilhas do triângulo.

Os transportes terrestres em todas as ilhas e os transportes marítimos regulares de passageiros nas ilhas do triângulo continuam caros e desarticulados entre si, apesar de o Governo Regional ter apresentado um Plano Integrado de Transportes, que se tem revelado ser um logro.

Os transportes, públicos e privados, tem um peso importante na nossa fatura energética e são, paralelamente, um dos principais fatores do nosso contributo para a carbonização da atmosfera.

Neste quadro, defendemos:

- Melhoria das acessibilidades das ilhas do triângulo ao exterior;
- Redução das tarifas e passes nos transportes terrestres e marítimos;

- Criação de passes sociais combinados que articulem transportes urbanos e interurbanos;
- Criação de passes sociais combinados que contemplem transportes terrestres e marítimos;
- Tornar célere, com uma oferta adequada e preços competitivos, o transporte de carga entre ilhas e para o exterior;
- Avançar com estudos concretos, quer do ponto de vista logístico, quer económico, com vista à descarbonização dos transportes públicos e veículos particulares.

## **10. Criar emprego e emprego com direitos**

Independentemente das polémicas sobre os números das taxas de desemprego, a realidade mostra que o desemprego continua expressivamente alto. Aos 12,4% dos números oficiais de desemprego, temos de somar cerca de 5.000 pessoas em programas ocupacionais e inúmeras pessoas que já não constam das listagens. Falar nos 20.000 desempregados que existem atualmente na Região é falar de sofrimento e desesperança que afeta muitas famílias, com particular incidência nos jovens.

Mas se o desemprego é um flagelo, a precariedade é a lei na nossa Região no que respeita aos contratos de trabalho, quando não é mesmo trabalho ao dia e à hora. Se este problema é transversal a todos os sectores de actividade, é no sector do turismo que esta “selvajaria” é hoje mais aplicada.

O Governo Regional, ao invés de combater esta situação, é o principal promotor desta política de salários baixos, dando o mau exemplo com o novo modelo de financiamento das IPPS e com a promoção da utilização abusiva dos contratos ao abrigo dos programas de inserção.

O combate a esta situação é uma prioridade, para contrariar a pobreza e desenvolver a economia.

Para isso, propomos:

- Plano regional de requalificação urbana, pública e privada;
- Aumento da percentagem do complemento regional ao salário mínimo para 7,5%;
- Reposição do modelo anterior de financiamento das IPPS, com encargo das remunerações pela Região e a equiparação destas às praticadas na administração regional;
- Obrigatoriedade das empresas apoiadas por dinheiros públicos terem os seus quadros de trabalhadores com pelo menos 75% de trabalhadores sem contratos a termo;



- Reforço dos quadros da Inspeção Regional do Trabalho;

## **11. Combate às desigualdades sociais**

Defendemos que a ação social seja preferencialmente pública e que a contratualização privada nesta área seja supletiva, onde a rede pública não tenha condições para oferecer às populações.

A política seguida pelo Governo Regional de privatizar esta área de ação, corresponde à desresponsabilização das entidades públicas pela ação social, e tem um objetivo economicista, especialmente através da pressão para baixar os salários dos trabalhadores e, por via disso, a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

Hoje, fruto desta política errada, estes serviços de ação social são quase totalmente privados. Esta realidade não é mutável de um dia para outro. Nesta perspectiva, defendemos que se inverta o caminho, e que todos os novos equipamentos, desde creches a lar de idosos sejam de gestão pública.

As desigualdades sociais na Região são gritantes. E, se é verdade que o combate a estas desigualdades se faz, fundamentalmente, pela defesa de salários dignos, não é menos verdade que a majoração de apoios sociais, perante a situação de emergência social que vivemos, é um instrumento importante.

Neste sentido, defendemos:

- Aumento do complemento regional de pensão em 15 euros mensais para as pensões abaixo do salário mínimo;
- Implementação do complemento regional em regime complementar ou supletivo ao RSI;
- Estender aos Açores, com majoração de 5%, a tarifa social de eletricidade, assim como o automatismo deste apoio;
- Estudar as formas de flexibilização dos programas europeus e nacionais contra a pobreza por forma a ajustá-los às necessidades de cada pessoa.

## **12. Igualdade de género, batalha para vencer**

Infelizmente, no que diz respeito às mulheres e seus direitos, o quadro regional acompanha a difícil realidade nacional. Em alguns aspetos ele é ainda mais dramático, como no desemprego, na incidência da violência doméstica, ou nos números referentes à gravidez na adolescência.

Admitimos que têm havido esforços, por parte dos poderes públicos, na tentativa de alterar este quadro, mas, a verdade é que não se vislumbra uma alteração de paradigma.

A crise económica que temos vivido nos últimos anos tem contribuído para esconder esta realidade e o retrocesso que tem havido nas políticas de igualdade, que resulta no aumento do desemprego feminino, no aumento da precariedade, e no aumento do trabalho-à-hora.

O combate a este problema exige medidas sérias:

- Reforço das ações de promoção da igualdade de género nas escolas, com especial incidência no combate à violência doméstica ou no namoro, bem como na redução dos casos de gravidez na adolescência;
- Cobertura a 100%, em toda a Região, de creches com flexibilidade de horários, que se adaptem às necessidades dos horários de trabalho;
- Transportes públicos adaptados às necessidades dos horários de trabalho;
- Programas específicos para valorização académica, dedicado a famílias monoparentais;
- Prioridade às famílias monoparentais e casais com filhos, na mobilidade, no quadro da habitação social, ou apoios às rendas de habitação para mudarem de casa;
- Reforço da Inspeção de Trabalho, com maior atenção às situações de discriminação e de precariedade das mulheres.

### **13. Em defesa da Natureza e do Ambiente, apostando no futuro**

Em matéria ambiental, a ação da governação socialista tem-se caracterizado pelo desnorte. Havendo iniciativas positivas, não existe, porém, uma estratégia definida e vive-se ao sabor das circunstâncias.

Na política de resíduos, a opção pela incineração é um erro colossal, porque vai levar ao incumprimento das metas de reciclagem, vai mitigar as políticas que promovem a reutilização, e vai levar ao aumento da produção de gases estufa, aumentando os riscos para a saúde.

Apesar dos muitos planos e convénios, não existe uma política pensada sobre ocupação de espaços e de urbanização. A não aposta na requalificação urbana e preservação do edificado, apesar das constantes declarações nesse sentido, é outro exemplo deste desnorte.

Importa ainda tomar medidas a nível regional para um combate eficaz às térmitas, praga que se tem alastrado nos últimos anos por toda a Região.

A completa incapacidade e incompetência nas obras marítimas, como são exemplo as obras dos portos da Madalena do Pico, Horta ou Rabo de Peixe, trouxeram – além dos custos económicos – custos ambientais importantes.

Pôr fim a estes desmandos é hoje mais urgente que nunca, pois a incapacidade de uma linha de rumo na gestão ambiental é também fruto da inexistência de uma linha de rumo para o desenvolvimento económico da Região que promova a diversificação, o conhecimento, e a coesão regional.

Por falta desta estratégia, e ao sabor das circunstâncias, o Governo Regional prepara-se para substituir a monocultura da vaca pela 'monocultura' do turismo.

A crescente atividade turística, com aumento da pressão em zonas sensíveis, vai traduzir-se num ataque ao nosso ambiente e à nossa natureza, a não ser que se tomem medidas sérias para a regular.

O anúncio, em tom de festa, de que daqui a poucos anos vamos ter extração mineira no sub-solo marinho dos Açores, é outro exemplo desta falta de estratégia. Onde estão os estudos, e quem fará a monitorização que garanta a defesa da biodiversidade e que possa precaver desastres ambientais extremamente perigosos? Há que garantir os meios e as estruturas adequadas, a nível da Região, para controlar essas atividades.

É necessária outra política em defesa da proteção da biodiversidade, dos ecossistemas e da riqueza natural nos Açores.

Por isso defendemos:

- Criação de um observatório em defesa das boas práticas ambientais, no espaço urbano, rural e no mar;
- Reforçar a utilização de energias renováveis;
- Reforço das políticas que promovam a redução do consumo energético;
- Avançar na descarbonificação da nossa economia, nomeadamente nos transportes;
- Apostar na requalificação urbana em detrimento de nova urbanização;
- Apostar em soluções sustentáveis no tratamento de resíduos urbanos, lutando contra a construção de uma incineradora em S. Miguel;
- Promover a separação de resíduos em todas as ilhas, tornando-a obrigatória em todos os organismos públicos;
- Implementação de centrais de compostagem com recolha seletiva da fração orgânica dos resíduos urbanos e sua respetiva valorização;
- Proibir o cultivo de OGM nos Açores e combater a sua proliferação na alimentação humana e animal;
- Avançar com a proibição imediata da utilização do glifosato na via pública, introduzindo alternativas viáveis no sector agrícola;
- Implementar uma estratégia regional de combate às térmitas;
- Estudar os limites de carga nas áreas protegidas.

## **14. Defesa dos animais - um combate civilizacional**

Apresentando-se, desde sempre, na linha da frente pelo bem-estar animal, o BE foi o primeiro partido com a coragem política para reconhecer os problemas que existem nesta área: negligência, maus tratos e falta de respeito pelos direitos dos animais, que são consentidos e omitidos por outras forças políticas, e pelo próprio executivo regional.

Apresentamos um Projeto de Decreto Legislativo Regional que “Condiciona o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais”.

O BE tem sido o único partido a apresentar propostas relacionadas com esta matéria. Em 2014 foi aprovado um Projeto de Resolução que recomendou a “Promoção do bem-estar animal e controlo das populações de animais errantes”, da autoria do BE. No entanto, muitos dos objetivos desta resolução da ALRAA estão ainda por cumprir, nomeadamente, o projeto Alice Moderno, que foi pioneira na defesa dos direitos dos animais, nos Açores.

A luta pelo bem-estar animal não se pode resumir a cartazes, a campanhas de adoção esporádicas, nem a vouchers para esterilizações a animais adotados em alguns canis.

Não podemos permitir que uma Região que se pretende afirmar no turismo mantenha, entre o azul e o verde, práticas de maus tratos a animais. Devemos, sim, desenvolver medidas que sirvam de exemplo a quem nos visita, fazendo do respeito pelos animais mais um postal de boas vindas a quem nos visita.

É urgente encarar este assunto frontalmente, lutando por:

- . Levantamento da realidade de cada uma das nove ilhas, de forma a ser possível implementar medidas exequíveis;
- . Aquisição de espaços que sirvam para albergar animais abandonados, nas ilhas onde não existe canil municipal;
- . Controlo do número de animais errantes através de esterilizações em Centros de Recolha Oficiais (CRO), e em canis com recursos humanos que o permitam;
- . Diminuir a carga burocrática do processo para esterilização de animais, através do Projeto Alice Moderno, de modo a conseguir abranger um maior número de animais de pessoas com dificuldades económicas;
- . Campanhas regulares de adoção (nas quais os animais já poderão estar esterilizados);

- . Campanhas de sensibilização, nos meios urbano e rural, para combater o abandono animal;
- . Fim do abate de animais saudáveis;
- . Fiscalização no transporte de animais vivos;
- . Fiscalização das condições das explorações agro-pecuárias.

## **Moção Sectorial**

### **“Saúde a Ocidente”**

O Bloco de Esquerda marca-se pela defesa de todas e de todos, independentemente da sua representatividade ou do número de votos alcançados.

Ao contrário de outros partidos o BE não angaria votos! Ganha-os através dos verbos de acção: fiscalizar, questionar, denunciar, propor.

Viver no grupo ocidental, sem recorrer a lirismos, é viver a insularidade dentro da própria insularidade. É uma realidade dura.

Ninguém pediu às pessoas para ali nascer. Não deviam ser obrigadas a sair, procurando outras condições. Nem sequer devíamos ler/ouvir que manter ilhas como as Flores e o Corvo saem caras à região e ao país.

Não serão mencionados os atentados ambientais, nem a política do betão. Nem voos cancelados, nem o barco que não atraca, deixando as ilhas sem abastecimento durante uma ou duas semanas.

Basta atentar na falta de investimento, falhando promessas eleitorais, por parte do governo regional, em aspectos primários e básicos, como o da área da saúde.

E é na saúde que quero sensibilizar que ter um centro de saúde nas Flores ou no Corvo não é a mesma coisa que ter na Graciosa e em São Jorge, por exemplo.

Deixemos de ver as pessoas como números e vejamo-las associadas ao contexto em que estão inseridas: distância e condições atmosféricas adversas.

Não se pretende discriminar nenhum açoriano ou açoriana. Pretende-se alertar para a realidade. Estar doente nas Flores e no Corvo, ter uma urgência nas Flores ou no Corvo não é igual a ter noutra ilha com centro de saúde, embora os procedimentos formais sejam os mesmos. Nas Flores e no Corvo estamos sempre condicionados pelos ventos cruzados.

Não se trata de hierarquizar açorianos e açorianas, mas de promover a equidade. E não se confunda equidade com igualdade. Equidade nunca será dotar e/ou uniformizar os procedimentos em todos os centros de saúde. Equidade é enquadrar as especificidades nos procedimentos a adoptar.

A certeza de que somos uma região com espaço descontínuo não pode ser mote para ampliar o isolamento.

Não podemos lutar por condições na saúde sem mencionar os recursos existentes para a busca e salvamento, mais concretamente os meios aéreos que asseguram a evacuação de doentes e que, em nome da austeridade, sofreram cortes

condicionando a sua operacionalidade. É tempo do Governo da República corrigir esse erro.

Considerando o exposto é hora do BE, mais uma vez, mostrar que está ao lado e perto de quem está longe, assumindo o compromisso hoje e aqui de lutar pela:

- Integração de mais uma tripulação, reforçando a operacionalidade da equipa de busca e salvamento na Base Aérea nº 4, permitindo maior disponibilidade no transporte de doentes inter-ilhas (que se resume à devolução do que foi retirado);
- Aumentar o tempo de permanência de especialistas na ilha das Flores;
- Reduzir o tempo entre as idas dos/as especialistas à ilha das Flores;
- Substituição imediata perante o impedimento de algum/a médico/a clínica geral, especialista, enfermeiro/a, técnicos/as de saúde.

## **Moção Sectorial**

### **“Saúde Pública”**

A presente moção sectorial, reúne um conjunto de propostas, tendo em vista alguns melhoramentos ao nível da saúde dos açorianos e açorianas.

Assim sendo, propõe-se:

1. A realização de um estudo científico, que descubra as causas das elevadas taxas de incidência de cancro nos Açores. Segundo as estatísticas mais atuais, apenas em 4 anos, 2.640 açorianos faleceram devido a cancro e no mesmo período, outros 5.170 foram diagnosticados com novos casos de cancro. Será aceitável, que os Açores tenham uma taxa de 80.7%, em 17 tipos de cancro, um valor acima da média nacional e de alguns países europeus, sem que se descubra cientificamente, quais são as causas sobre estes valores percentuais?

Face a estes factos, o Governo dos Açores, integra o projeto europeu BiodivERsA3 - Consolidating the European Research Area on Biodiversity and Ecosystem Services, financiado pelo Programa Quadro Horizonte 2020 e no âmbito deste investimento no valor de 31 milhões de euros, propõe-se que parte deste montante esteja disponível para integrar um estudo científico para averiguar as reais causas destas elevadas percentagens.

2. O Governo Regional dos Açores fez um avultado investimento na parceria com clínicas de radioterapia e, tudo quanto sabemos a braquiterapia e iodoterapia estão a realizadas em hospitais continentais, o que é um contra-senso por si só, dados os tipos de cancro na Região Açores.

3. O Governo dos Açores anunciou a criação de uma unidade de cuidados paliativos, com 11 camas, no Hospital Divino Espírito Santo. Mas para que servem 11 camas? Os doentes açorianos, que requerem cuidados paliativos, merecem a criação de uma equipa ou unidade de treino e formação aos familiares, porque grande número de doentes terminais, preferem "partir", juntos das suas famílias, por conseguinte deverão ser estas equipas multidisciplinares com formação para este efeito a dar cumprimento a um devido acompanhamento de doentes e suas famílias.



4. Que sejam atribuídas, criteriosamente, pensões de invalidez, estabelecendo como prioridade os utentes com doenças terminais e incuráveis, mais especificamente aos doentes oncológicos.

5. As crianças açorianas e a população em geral, têm um aporte de iodo perigosamente baixo e as refeições nas escolas não têm colmatado esta necessidade, pelo que o Bloco de Esquerda pretende apostar numa fiscalização mais apertada, tendo em vista a qualidade e variedade das refeições confeccionadas em recinto escolar ou por empresas contratadas.

6. Proibição do uso do glifosato em espaços públicos e possibilitar uma fiscalização mais restrita sobre o tipo de adubos nos terrenos agrícolas. Nos últimos meses, a utilização do glifosato tem sido muito discutida na União Europeia e após vários estudos de investigação conclui-se que é substância potencialmente cancerígena.

7. O Governo Regional, não conseguiu dar resposta à extensa lista de espera de doentes açorianos, aguardando há anos por uma cirurgia. As horas extraordinárias efetuadas por médicos efetivos não estão sendo remuneradas pelos mesmos valores em relação a médicos que se deslocam à ilha para dar conta do avultado número de doentes em lista de espera para cirurgias. Neste sentido, propõe-se a abertura de protocolos com clínicas privadas, só e apenas quando o SRS não conseguir reunir recursos humanos internos suficientes para colmatar esta necessidade .

8. Atribuir o mesmo valor de consultas, exames e tratamentos para açorianos abrangidos pela A.D.S.E.

## **Moção Sectorial**

### **“Serviços sociais e de saúde para prostitut@s”**

Consideramos que é fundamental que se criem serviços de saúde de proximidade junto a prostitut@s, e que se promova o seu acesso à educação e à formação para a saúde.

A prostituição nos Açores é uma realidade estudada, em termos históricos, mas sem que se tenha produzido qualquer estudo empírico sobre esta prática e fatores que lhes estão associados.

Se a natureza das práticas sexuais trocadas e comercializadas é diversa, também diversos são os contextos associados à prostituição: na rua, em apartamentos privados, casas de massagem, hotéis, casas de alterne, etc., mas essa diversidade não reduz os riscos para a saúde dos envolvidos (diretos ou indiretos), e nem a hierarquização social associada a tais contextos interfere no nível de risco dos comportamentos sexuais.

A Saúde Sexual e Reprodutiva é um direito consagrado internacionalmente e constitucionalmente, sendo, pois, universal.

Independentemente do debate acerca da atual situação legal d@s prostitut@s, não é admissível que um vazio legal continue a perpetuar a invisibilidade social da prostituição, que é mais um fator de risco do que protetor relativamente a IST.

Reafirmamos a nossa condenação relativamente a todas as formas de exploração sexual, e consideramos que tal condenação não se poderá expressar pela existência de práticas discriminatórias negativas contra prostitut@s.

A presente moção assenta na aplicação de medidas que facilitem o acesso d@s prostitut@s aos seus direitos sexuais e reprodutivos com impacto positivo para a saúde pública.

A estigmatização social a que estão sujeit@s @s prostitut@s inibe o seu acesso aos serviços de saúde tradicionais, além do mais, alguns/mas prostitut@s encontram-se em situação ilegal no nosso país.

A presente moção setorial não deve ser confundida com o debate público, ou interno ao BE, sobre o estatuto laboral (ou não) da prostituição.

O objeto desta moção não pretende delimitar zonas específicas para o exercício da prostituição, pois tal reforçaria a invisibilidade social e a estigmatização d@s prostitut@s.

Não se pretende impor qualquer obrigação de rastreio a IST, e muito menos o registo e matrícula compulsiva d@s prostitut@s.

A V.<sup>a</sup> Convenção Regional do BE/Açores recomenda que o BE/Açores, através da sua representação política na Região, apresente as seguintes propostas:

1. Realização de um estudo científico que permita conhecer a realidade da prostituição na Região e os fatores subjacentes.
2. Promoção de serviços de saúde de proximidade e adequados às necessidades d@s prostitut@s, numa lógica de intervenção biopsicossocial.
  - 2.1. A intervenção também terá uma componente de Educação para a saúde sobre prevenção de IST, vigilância de saúde e planeamento familiar;
  - 2.2. Estes serviços deverão ser gratuitos e, sempre que possível, multilingues.

# **Intervenção de abertura da Convenção**

***Lúcia Arruda***

Camaradas, amigos e amigas,

Bem-vindos à V Convenção Regional do BE/Açores!

É bom estarmos todos juntos num momento tão importante para a Democracia dos Açores. Em vésperas de eleições regionais estamos aqui para debater e cimentar ideias para os próximos dois anos da nossa vida coletiva como movimento/partido! E estamos aqui para ganhar forças redobradas para o duro combate político que se avizinha e que determinará as nossas vidas nos próximos 4 anos!

Apresentamo-nos a estas eleições com um programa alternativo para abrir caminho para a mudança nas nossas nove ilhas! Para fazer a diferença! Se, da direita, PSD e CDS, nada esperamos, do PS, cada vez menos socialista, queremos combater a deriva neoliberal!

O vice-presidente do Governo Regional, de tempos a tempos, vem proclamar as boas contas da Região, o equilíbrio financeiro, o aumento do PIB, mas o aumento do PIB não quer dizer distribuição de riqueza. São os indicadores sociais que desmentem Sérgio Ávila! Segundo os indicadores sociais da OCDE, e do País, somos a Região com os mais baixos níveis de coesão social e territorial, com menor desenvolvimento regional, com os piores índices de educação, sucesso escolar, qualificação e com os piores índices de competitividade. Afinal, à conta de quem é que Sérgio Ávila equilibra as contas da Região? Às custas o povo, à conta da falta de cumprimento de direitos humanos, saúde, educação, habitação, alimentação.

O BE/Açores apresenta aos açorianos/as ideias e projetos concretos, exequíveis, que podem fazer a diferença para os mais desprotegidos socialmente e economicamente, haja vontade política. Insurgimo-nos contra o desemprego. Mais de 20 mil pessoas desempregadas sem rendimento próprio para viver, muitas deles e delas sem subsídio de desemprego ou qualquer outra proteção social digna. Temos uma média de salários, no privado, equivalente ao salário mínimo regional. Temos a maior percentagem de beneficiários do RSI do país (no entanto, com o valor per capita mais baixo), sendo que uma grande percentagem recebe o RSI como complemento a trabalho com rendimentos muito baixos ou pensões vergonhosamente baixas. Contra esta miséria que impede uma vida digna para milhares de pessoas, o BE/Açores defende o aumento do complemento regional ao salário mínimo em 7, 5%, no sentido de gradualmente nos afastarmos de salários escandalosamente baixos, que desvalorizam a força de trabalho das pessoas.

Defendemos um complemento regional ao RSI, e revisão dos critérios de atribuição deste apoio, pois bem nos lembramos dos cortes e suspensões impostos por Passos e Portas, com a desculpa da troika! E agora? Agora é hora de compensarmos estes cortes, tal como o BE defende na República. Aumentar as pensões a baixo do salário mínimo regional é essencial para as pessoas que trabalharam toda uma vida fazerem face às suas despesas de saúde, habitação, alimentação, mobilidade! O PS/Açores não pode continuar a dizer que não há dinheiro e depois dar 8 milhões (valor que daria para aumentar 15€ nas pensões baixas) a uma só empresa na derrapagem de uma obra numa escola pública, ou a negócios para amigos em energias renováveis com a garantia da compra integral pela empresa pública, EDA, em clara competição com a mesma. Mas, afinal, pensam que não os vemos?!

Camaradas,

Apresentamos uma alteração de paradigma económico que traga desenvolvimento e combata as enormes desigualdades sociais, contra os negócios rentistas, financiados pelo erário público e que competem com os serviços públicos! Lutamos para acabar com as falácias dos concursos públicos, em desrespeito pelas regras da transparência e igualdade de oportunidades da contratação pública. Contra o desemprego e precariedade, em grande parte promovido pelo Governo Regional!

Temos mais de 20 mil desempregados, mais de 5 mil pessoas, essencialmente jovens e desempregados de longa duração, em programas ocupacionais provisórios, com deveres de trabalhadores, mas sem direitos laborais e sem perspectivas de futuro. Estágios em lugares de grande responsabilidade, e salário de estagiário, como são exemplo os jovens enfermeiros em Centros de Saúde, centenas de docentes contratados a prazo durante 5, 10, 15 anos sem integração nos quadros e que são obrigados a permanecer durante 3 anos numa ilha. Um modelo neoliberal de financiamento às IPSS e Misericórdias, às quais durante anos o Governo Regional passou a sua responsabilidade da função social do Estado, e que agora com o novo Código de Ação social, apenas dá uma subvenção ao número de utentes, deixado de se responsabilizar quer por grande parte dos apoios, quer pelos trabalhadores que contratou, que não só ficam à mercê dos baixos salários das instituições, bem como com a ameaça de desemprego e a sua equiparação à função pública sempre mais longe!

Camaradas,

A luta pelo Estado Social está na nossa génese, pelos direitos humanos e bem-estar coletivo, essencialmente dos mais desprotegidos. O governo do PS não cumpriu com as suas promessas de garantir médicos de família para todos/as os/as

açorianos/as, não cumpriu a redução de listas de espera nas especialidades ou cirurgias e após anos de negócios ruinosos fez uma espécie de parceria público-privada em que ficamos com a radioterapia mais cara do País! O acesso à saúde tem diminuído drasticamente, obrigando as pessoas a ir ao privado, quando conseguem, ou então a ficarem sem o acesso a um direito básico! É por isso que defendemos uma reestruturação na saúde: mais médicos, mais apoios aos meios de diagnóstico e tratamento, o fim das taxas moderadoras, gabinetes de saúde a sério nas escolas, cuidados paliativos grátis, ou seja, que se cumpra a Constituição. Saúde para todos!

Na educação, se é verdade que se avançou muito nos Açores, em relação ao ponto de partida, também é verdade que continuamos muito aquém das nossas necessidades. Somos dos últimos a nível nacional e europeu em escolaridade. Não se pode fazer uma mudança social sem educação e qualificação, é este o quadro que precisamos alterar contra a perpetuação da pobreza estrutural. E, camaradas, a luta contra as discriminações e igualdade de género não está ganha, continuamos todos os dias a ouvir casos de violência doméstica, continuam a morrer mulheres nas mãos dos companheiros, continua a discriminação de sexo no trabalho, não é verdade que temos todo/as os mesmos direitos, levantamo-nos contra qualquer forma de discriminação, seja de género, de escolha sexual, raça, religião ou nacionalidade!

Camaradas, o quadro negro não acaba aqui, sabemos que os setores produtivos primários da nossa Região, agropecuária e pescas, se encontram em grave crise e mais uma vez por falta de um plano sustentável do Governo Regional, e não somente, devido a conjunturas internacionais, como querem fazer acreditar. Vamos de monocultura em monocultura: foram os cereais, o pastel, as laranjas, em tempos remotos, até à monocultura da vaca, que apesar de representar 50% da economia regional, nunca teve uma estratégia regional direcionada para a qualidade, nem para sustentabilidade económica e ambiental, basta pensar que os nossos animais aleitantes e de carne comem concentrado com OGM! É tempo de aproveitarmos os últimos milhões da União Europeia para a reestruturação do setor. Apostar no pastoreio de modo a obtermos excelência nos nossos produtos, valor acrescentado que dê sustentabilidade às mais de 90% de pequenas e médias explorações que se encontram em falência. Temos terra fértil, como é que importamos quase tudo o que comemos, bem como os nossos animais? A diversificação agrícola impõe-se!

Nas pescas, tendo os Açores a maior Zona Económica Exclusiva da UE continuamos a ter os nossos pescadores a viver do quinhão, muito abaixo de um salário mínimo, sem contratos de trabalho e à mercê do que o mar os deixa trazer,

uma vez que a sustentabilidade da diversidade piscícola e a gestão de quotas foi sempre descurada pelo Governo, que agora quer fazer à custa dos homens do mar! Paragens biológicas sim, mas com a compensação de perda de rendimentos!

Camaradas, os Açores encontram-se perante uma encruzilhada, por um lado, encontramos-nos numa situação económica e social grave, mas por outro, temos oportunidades que se vislumbram e que podem constituir fatores de alteração do paradigma económico e social: a nossa posição geoestratégica e as suas potencialidades internacionais, que estão obstaculizadas por uma base militar e as riquezas do nosso solo e subsolo marinho! Precisamos de Ciência, como o BE/Açores defende há anos, com um Centro Internacional das Ciências do Mar, na ilha do Faial, que nos permita conhecer para fiscalizar ambientalmente e economicamente as explorações das multinacionais que aí veem! Mas para tal, a Região tem de ser exigente para com a República e reivindicar um papel vinculativo dos seus pareceres, quer nas decisões que digam respeito a Tratados Internacionais que impliquem diretamente a Região, quer nas futuras concessões e explorações do nosso território marítimo. Esta é a reforma da Autonomia de que os Açores necessitam e não criar ou extinguir cargos, o aprofundamento das nossas prerrogativas político-administrativas pode e deve ser feito, a favor dos/as açorianos/as!

Cair no erro de mais uma monocultura como proclama o atual Secretário do Turismo, é um erro! Principalmente se não respeitarmos os limites de um turismo de natureza, tal como exige o nosso território e património natural, o bem mais valioso que herdamos e temos obrigação de perpetuar e legar ao futuro! Natureza verde e intacta, como diz o slogan turístico tão usado pelo executivo, não rima com incineradoras, com OGM, e outros crimes ambientais! A batalha civilizacional de um ambiente sustentável, do bem-estar das pessoas e do bem-estar animal, também é nossa e se não for ganha, perdemos o maior capital que temos. A cultura de um povo também se faz pela valorização destes princípios!

Camaradas, nesta grande batalha política que se avizinha apresentamo-nos com determinação e persistência contra as desigualdades sociais, contra o desemprego e precariedade, contra a falta de transparência nos negócios públicos e má gestão do bem público e negócios rentistas. Lutemos com confiança no nosso projeto alternativo que vai ao encontro das necessidades das pessoas, lutemos por um novo paradigma económico e social que dê esperança e dignidade a todos e todas os que vivem nesta bela Região, essencialmente os menos favorecidos. Lutemos por um Estado Social redistributivo! Lutemos pela Democracia, pelas pessoas, e confiemos nelas!

Camaradas, a luta é nossa. Força!

Viva a V Convenção do BE/Açores! Viva o Bloco de Esquerda!



## **Intervenção de encerramento da Moção Global**

### **“Fazer a Diferença”**

***Paulo Mendes***

A moção – Fazer a diferença, que acabámos de aprovar, nesta nossa V Convenção Regional, é a expressão do projeto político que oferecemos aos açorianos e açorianas.

O desafio que lançamos significa nada mais nada menos do que uma rutura com o habitual fatalismo e determinismo acompanhado pela imobilidade e conformismo de uma Região que teima em garantir negócios e rendas chorudas para uma elite, enquanto oferece cheques pequeninos ao povo.

Nas próximas eleições regionais, os açorianos e açorianas podem escolher entre políticas que abram os horizontes da economia da Região, que privilegiam uma justa distribuição da riqueza, aliando à coesão territorial a obrigatória coesão social, e as políticas estafadas e esgotadas de um centrão que já mostrou ao que vem, e que nada mais tem para oferecer do que umas poucas migalhas para o povo e tudo, mas mesmo tudo, para garantir a vida a uns poucos.

Nós sabemos de que lado estamos. Estamos ao lado dos trabalhadores convertidos em ocupados, dos trabalhadores com falsos recibos verdes, dos explorados do turismo, dos pensionistas para quem não há, para o Governo Regional, mais 15€, dos serviços públicos de qualidade, do ambiente e da natureza.

Não estamos, certamente, ao lado dos negócios rentistas na educação e na energia, dos aventureiros pseudo-empresendedores, das privatizações e da degradação ambiental.

Os açorianos e açorianas estão habituados a políticas que tornam possível o que deveria ser impossível.

Este governo regional, com a passividade do PSD e do CDS, tudo fez para que, na Região, fosse possível termos escolas privadas financiadas por todos nós, quando temos oferta pública, naquele que é um expediente que possibilitou o famigerado «cheque-ensino» tão ambicionado pelo PSD e CDS.

António Costa veio aos Açores defender o alegado rigor nas contas do Governo Regional, numa terra aparentemente livre de negociatas e promiscuidades entre o setor público e privado. Mas não esquecemos que este Governo Regional tornou possível, mais uma vez com a anuência do PSD e do CDS, o financiamento público a negócios rentistas na área das energias alternativas, ao recorrer à EDA para garantir receitas para as iniciativas privadas ou as infraestruturas dos órgãos da

Administração Pública Autónoma para que instalassem painéis solares. Aliás, no PS/Açores, o despudor é tal que nem se coibiram de ter na primeira fila, durante as suas jornadas parlamentares, um desses empresários rentistas.

Um governo regional que tornou possível a mercantilização da ação social, e que converteu os utentes em clientes.

Para este Governo Regional, com o apoio de autarcas da sua própria cor política e do PSD, a instalação de TMB como solução principal para o tratamento de resíduos foi impossível para a Terceira e São Miguel, mas já a construção de mega-incineradoras nestas duas ilhas é desejável, possível e tida como única solução, numa Região que tem na natureza viva uma das suas maiores potencialidades.

Este governo regional tornou possível que se financiassem companhias aéreas privadas para operarem nos Açores, e que se utilizasse a companhia aérea pública para fornecer clientes aos seus concorrentes diretos, com prejuízo claro para o serviço público de transporte inter-ilhas. Mas, afinal, a SATA é a companhia aérea de todos nós, ou a companhia aérea das companhias aéreas de baixo custo?

Um governo regional que conseguiu tornar possível o impossível de termos uma Região livre de OGM, mas que permite o seu cultivo, por despacho, bem como a produção local de rações com milho OGM.

Este é um governo regional que tornou possível a conversão de empregados em desempregados, e de desempregados em ocupados que garantem serviços públicos a preço de saldo para a Administração Pública Autónoma e autarquias.

Um governo regional que tornou possível uma parceria público-privada para a instalação da radioterapia que, inicialmente, seria a mais barata do país para os utentes, para depois se tornar na mais cara.

Somos uma esquerda exigente e comprometida com um projeto político ambicioso de desenvolvimento para os Açores, que pretende tornar possível o que, para um governo de esquerda, nunca deveria ser impossível.

Queremos tornar possível, aquilo que muitos julgam, ou querem que continue a ser impossível: o aprofundamento da Autonomia, muito para além da criação de cargos políticos, para que a Região passe a ter poder de decisão vinculativo em Tratados Internacionais que nos digam diretamente respeito. Assim, estamos a valorizar os nossos recursos endógenos.

Queremos dar aos açorianos e açorianas a possibilidade de rasgarem com um modelo feudal retro-futurista, que só tem servido de abrigo a interesses instalados e falidos.

Vamos tornar possível a criação de um Centro Público Internacional para as Ciências do Mar, com sede no Faial, e aproveitar o conhecimento já produzido pelo

DOP para captar novas fontes de conhecimento que permitam transformar a Região numa referência mundial em investigação científica na área.

É urgente criar uma comissão científica, como primeiro passo a ser dado para o arranque deste projeto, que aliado a competências reforçadas na gestão do nosso subsolo marinho, será fundamental para melhor aproveitarmos futuras explorações de recursos minerais e geológicos nos nossos mares, sem colocar em causa o equilíbrio dos nossos ecossistemas marinhos.

A concretização deste projeto, deveras ambicioso e, felizmente, com ecos em outras sensibilidades partidárias, também só será possível se o Governo Regional deixar de teimar na impossibilidade de termos investigadores precários. Se quisermos fazer a diferença, na Ciência, temos de dar uma carreira estável a quem a ela se dedica.

É, pois, também crucial investir na viabilidade da tripolaridade da nossa universidade e não ceder a tentações centralizadoras.

Queremos tornar possível o que tem sido, até agora, impossível para a base das Lajes. Um futuro que garanta a criação de emprego e de riqueza para a ilha Terceira e para a Região. Está mais do que na hora de procurarmos alternativas para fazer valer a nossa posição geoestratégica, de acordo com aqueles que são os nossos interesses.

Sabemos que são possíveis utilizações civis, comerciais e científicas da base das Lajes, mas que essas utilizações, para serem amplamente aproveitadas, são incompatíveis com a presença e atividade militar com fins belicistas.

São várias as possibilidades, desde a criação de uma base de manutenção para a aviação civil até à instalação de uma Força de Proteção Civil Internacional.

As alternativas são mais do que muitas, e não se podem limitar àquela que deveria ser uma alternativa impossível: a criação de um offshore.

O PS foi, simultaneamente, autor e cúmplice da abolição das quotas leiteiras, assim como o PSD e o CDS que encontram-se, na Europa, integrados nas famílias neoliberais do Comissário Phil Hogan, acérrimo defensor do cada um por si da desregulação dos mercados.

Se no setor financeiro, a desregulação teve os resultados que todos conhecemos, na agricultura adivinha-se a sua intensificação forçada como único expediente para a sobrevivência, o que corresponde ao domínio das multinacionais e a falência dos pequenos produtores.

Para Duarte Freitas só é possível aproveitar apoios para promover os nossos produtos. Medida importante, mas claramente insuficiente, porque está longe de garantir a revitalização do setor. É preciso mais! Mas mais, implica enfrentar os

amigos europeus de PSD e do CDS, precisamente aqueles que Duarte Freitas não ousa enfrentar.

Defendemos os interesses dos pequenos produtores e das regiões ultraperiféricas como a nossa, quando lutamos pela introdução de mecanismos de regulação do mercado e pela aposta na diferenciação da nossa produção pela qualidade, uma opção que não se coaduna com qualquer estratégia de intensificação agrícola, e muito menos pela utilização de OGM.

Quero, aqui, dirigir aos pescadores um compromisso. Estamos determinados a tornar possível o que nunca deveria ter sido tido como impossível: o direito a um contrato de trabalho e um salário para os pescadores.

Porque somos exigentes, rigorosos e defendemos a transparência no setor público e na relação entre o público e o privado, pretendemos tornar possível a limitação das derrapagens orçamentais e garantir maiores exigências de qualidade técnica nos projetos e na sua fiscalização e responsabilização, também pretendemos acabar com os apoios públicos a empresas que concorram diretamente com serviços públicos, e defendemos o recrutamento de gestores públicos por concurso público. Se é verdade que o cartão partidário não deve ser um entrave ao exercício de cargos públicos, também não é menos verdade que não deve ser uma garantia.

Se foi possível criar a Saudaçor, então para a satisfação da saúde dos açorianos e açorianas, nada deveria ser impossível, até mesmo para quem vive em ilhas sem hospital ou para estratos estigmatizados da população.

Reafirmamos que a Saudaçor deve ser encerrada, e os seus trabalhadores integrados na Secretaria Regional da Saúde.

Acreditamos que é possível termos uma gestão diferente dos nossos hospitais, pelo que deverá ser implementada uma coordenação regional dos três hospitais da Região.

Não podemos esperar que a falta de médicos de família venha a ser colmatada pela renovação da classe médica. Precisamos, não para hoje, mas para ontem, de médicos de família para todos os açorianos e açorianas.

A persistência de uma população com baixas qualificações académicas e profissionais, do absentismo e do insucesso escolar não se combate com exames e um sistema dual de ensino. Esse é um combate que começa com a garantia de que nenhum aluno açoriano está na escola com fome. Por isso, continuaremos a defender a disponibilização gratuita de refeições quentes nas escolas, incluindo no período das férias escolares, e também nos finais-de-semana.

Perante o insucesso escolar, reclamamos mais apoio especializado através da contratação de técnicos com formação adequada para prestar apoio educativo e acompanhamento a alunos com necessidades educativas especiais.

Não se resolve o impacto da pobreza das famílias nas escolas, ao perpetuar um sistema de ação social escolar que limita o acesso de quem mais precisa a mais apoios. Vamos tornar possível um novo sistema de ação social escolar, mais justo e mais abrangente.

Ouvimos, aqui, na nossa Convenção, que a cultura é a expressão material e imaterial de um povo. A cultura é por natureza o reino onde o impossível se torna possível. E, por vezes, como Maria Manoel Ribeiro nos disse, só é necessário otimizar o que temos, algo simples, mas que tem sido impossível para o atual governo regional. Vamos, então, torna-lo possível, ao reavivar o que foi esquecido.

Os transportes são um vetor estratégico para o desenvolvimento económico da nossa Região, mas não se devem limitar ao transporte aéreo. Depois do anúncio do Plano Integrado de Transportes pelo governo regional para cobrir aquela que era uma reivindicação do BE/Açores, vimos, desde cedo, que tudo não passou de um logro. Continuamos sem uma devida articulação e flexibilização entre os vários meios de transporte, as tarifas continuam elevadas, e a mobilidade entre as ilhas do triângulo continua dificultada por transportes demasiado caros.

O transporte de carga continua a ser o calcanhar de Aquiles da economia da Região, razão para querermos tornar possível uma oferta adequada e preços competitivos entre as ilhas e para o exterior.

Queremos tornar possível a reconversão dos ocupados em trabalhadores, todos aqueles e todas aquelas que preenchem necessidades permanentes de trabalho na Administração Pública Autónoma e nas autarquias.

Para nós, deve ser possível, e completamente aceitável, porque cumpre o mais elementar critério de justiça, impor a obrigatoriedade das empresas apoiadas por dinheiros públicos, terem nos seus quadros pelo menos 75% de trabalhadores sem contratos a termo.

Para trabalho igual, salário igual. Um lema subjacente à nossa pretensão de repor o anterior modelo de financiamento às IPSS, cujos encargos com vencimentos deverão ser suportados pela Região que garantirá a equiparação dos vencimentos dos funcionários aos vencimentos praticados na Administração Pública Autónoma.

Queremos tornar possível, para milhares de pensionistas com pensões inferiores ao salário mínimo regional, um aumento de 15€ mensais no complemento regional de pensão, e sabemos que tal não é impossível. Esbagaçar milhões em derrapagens orçamentais é que deveria ser impossível.

Li há pouco tempo, na imprensa escrita regional, um artigo de opinião de um deputado do PSD que continua a querer propagar a ideia de que os beneficiários do RSI andam sempre atrás dos ténis de marca para se fazerem de ricos. Não confundimos o combate à pobreza com um qualquer combate contra os pobres, e não hesitamos em defender um complemento regional ao RSI ou um suplemento para todos aqueles que apesar de terem perdido tão importante prestação social para a sua sobrevivência, continuam a viver na pobreza.

Podemos, neste momento, confirmar que os açorianos e açorianas com maiores dificuldades económicas, além de virem a beneficiar automaticamente da tarifa social de eletricidade, terão uma redução majorada de 5%.

As políticas e as medidas de promoção da igualdade de género não devem ser perspectivadas como acessórias ou menores. Para o BE/Açores não existem lutas maiores e menores. São todas importantes para a vida de todos e de todas.

Nos Açores, infelizmente, a gravidez precoce continua a ser uma realidade, muitas vezes associada a projetos de vida que refletem papéis de género preconcebidos que levam as mulheres, desde cedo, a terem na maternidade o seu único projeto de vida, com consequências negativas para o sucesso escolar e inserção profissional, tornando-as vulneráveis à pobreza.

A maior vulnerabilidade à pobreza das mulheres não tem de continuar a ser uma fatalidade. Basta ter vontade política, e fazer a diferença, ao tornar possível a cobertura a 100% de creches a toda a Região e a criação de programas específicos para valorização académica, dedicados a famílias monoparentais.

A próxima Comissão Coordenadora Regional terá uma responsabilidade acrescida perante uma moção que aumentou a fasquia comparativamente à última moção aprovada, mas temos a certeza que contará com o apoio das nossas Comissões Coordenadoras de ilha e concelhias, que em articulação com as nossas representações nas autarquias e do nosso futuro grupo parlamentar na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cumprirá as expectativas de todos aqueles e de todas aquelas que confiarão o seu voto no Bloco de Esquerda nos próximos dois anos.

Viva aos Açores! Viva ao Bloco de Esquerda!

# **Intervenção de encerramento da Convenção**

## **Zuraida Soares**

Camaradas, Companheiros e Companheiras

É uma honra e um imenso orgulho assumir a Vossa escolha para ser cabeça-de-lista do Bloco de Esquerda/Açores às próximas eleições Legislativas Regionais de 16 de Outubro.

Que bom que é pertencer a listas compostas por gente combativa, gente com variadas competências e conhecimentos, gente corajosa, gente resiliente, gente generosa, gente de 'antes quebrar que torcer', gente que representa, hoje, o grande salto de qualidade que o Bloco de Esquerda/Açores deu, nos últimos anos!

Temos procurado e temos sabido trabalhar com pessoas que, não sendo bloquistas, têm experiências e, sobretudo, têm vontade de lutar por esta Região, ajudando a construir um futuro melhor para os Açorianos e Açorianas.

Permitam-me envolver, num abraço especial e grato, o João Stattmiller - cabeça de lista pelo Faial -, o Carlos Oliveira - cabeça de lista por Santa Maria -,

Ao Khol de Carvalho (o 'Sr. Engenheiro', como lhe chamamos), companheiro já de outras lutas, quero exprimir o meu agradecimento e dizer-lhe da minha alegria, por poder contar com ele, como Mandatário Regional desta candidatura bloquista.

O Bloco de Esquerda é assim: dedica-se a juntar forças, a juntar capacidades, a juntar vontades, a juntar projectos, pondo-os ao serviço dos Açores, dos Açorianos e das Açorianas.

Fazemos parte de um partido que faz do debate de ideias e de propostas a sua seiva, que não tem medo do contraditório, que procura novas sínteses e faz delas a sua força para intervir. Estamos convictos da nossa linha política - sem dúvida -, mas temos uma visão descentralizada e inclusiva da sua aplicação. E esta é, quanto a mim, uma das mais-valias, do 'nosso jeito muito próprio' de estar na política.

Também porque somos assim, a Autonomia não é um 'bicho de sete cabeças' para o Bloco de Esquerda. Contamos sempre com o debate aberto, franco e leal, com as estruturas centrais do Bloco, com o seu apoio e o seu incentivo.

A presença do camarada Luís Fazenda - a quem o Bloco de Esquerda/Açores sabe ser grato - e da camarada Catarina Martins, não são meros acontecimentos de agenda, para cumprir calendário.

São o testemunho de um Bloco de Esquerda unido, fortalecido para os combates que temos pela frente, em prol da nossa Região, do nosso País e dos trabalhadores

e trabalhadoras portuguesas, que tanto têm sofrido com os desmandos deste capitalismo selvagem que dirige os destinos do mundo.

Camaradas,

Parece que foi ontem, mas já lá vão alguns meses, quando a nossa Catarina teve a audácia e a coragem política de desafiar António Costa para outro rumo, na política deste país.

Se quebrar o ciclo de empobrecimento a que a direita tinha predestinado quem trabalha é, ainda, uma tarefa limitada e em execução, a verdade é que ela é a condição necessária para repor a esperança, em milhares de lares e vislumbrar um melhor futuro para o nosso país.

Numa Região onde o salário mínimo é a regra, no sector privado (quando é cumprida), o aumento escalonado de 25 euros/mês, durante os próximos 4 anos, é decisivo para milhares de famílias.

Como assumimos na nossa recente Convenção Nacional, a prioridade de aumento das pensões, para o próximo Orçamento de Estado, é da mais elementar justiça e, mais ainda, nesta Região, onde as pensões são baixíssimas, fruto dos seculares baixos salários.

Mas Catarina, nesta batalha - que todos/as sabemos difícil -, podes contar - tu e os órgãos nacionais do Bloco - com o empenho e a luta do Bloco de Esquerda/Açores. Sabemos que temos pela frente um diretório europeu, que tudo fará para destruir a actual experiência governativa, em Portugal. Fá-lo-á com chantagens, fá-lo-á com gaffes de mau gosto, fá-lo-á com todo o tipo de manobras, mas tudo fará para que esta experiência acabe.

Nós, nos Açores, sabemos bem de que massa é feita esta Comissão Europeia.

Usou a mentira e o embuste para acabar com as quotas leiteiras e desregular o mercado dos lacticínios; tudo para servir os interesses dos grandes produtores, não hesitando em lançar em dificuldades (e na falência) milhares de pequenos e médios lavradores, nos Açores e no País.

A nossa X Convenção Nacional assumiu - e bem! - que estamos no início de um processo árduo e duro, que exige da nossa parte inteligência, capacidade e resiliência.

No que toca aos Açores, não abdicaremos de lutar e de exigir da República, seja a reposição da Lei de Finanças Regionais de 2010, seja o saneamento completo das condições prisionais infra-humanas (em Ponta Delgada) e muito pouco humanas (na Horta e em Angra do Heroísmo), seja a garantia de capacidade de evacuação de doentes e de sinistrados, seja a defesa e a afirmação da tripolaridade da Universidade dos Açores, seja a concretização de uma RTP/Açores, com os



devidos meios humanos e técnicos. Estes são, entre outros, alguns dos défices que a República tem para com esta Região.

Camaradas,

Nesta campanha eleitoral que se aproxima, apresentamo-nos aos Açorianos e Açorianas, sob o lema "Fazer a Diferença".

Assumimos este objectivo, com a convicção e a seriedade com que temos desenvolvido a nossa acção política, desde sempre e, também, na legislatura que agora termina.

Fomos um partido de protesto, de denúncia e de proposta; demos voz a muitos e a muitas que viram, no Bloco de Esquerda, a diferença de atitude, na maneira de fazer política; sempre defendemos os Açores e, nos Açores, sempre defendemos os que menos tinham, os que menos têm.

Queremos fazer a diferença, sim!

Desde logo, no ataque às gritantes desigualdades sociais, que são o legado dos Governos de maioria socialista. Não nos conformamos em ser a Região que ocupa os últimos lugares, em todos os indicadores sociais do país.

Não aceitamos - como resposta de um governo regional que alardeia ter as contas em ordem e super-avit de gestão - não ter 6 a 7 milhões de euros anuais, para fazer um aumento intercalar, no 'cheque pequenino', de 15 euros mensais, para as pensões abaixo do salário mínimo.

Exactamente o mesmo Governo que investe 6 milhões e meio de euros públicos, numa empresa privada de produção de energia eólica que, de antemão, já sabe que tem a produção toda comprada pela empresa de electricidade pública.

Afinal, no negócio para amigos, já há dinheiro!

Não aceitamos que haja professores/as, no desemprego, ou precários ao longo de dezenas de anos, porque não há dinheiro para lhes pagar, exactamente numa Região que tem a maior taxa de insucesso e de abandono escolar do país.

Mas, ao mesmo tempo, gastam-se milhões de euros para construir colégios privados e oferecer rendas de mais de 10 anos, para a sua manutenção.

Afinal, no negócio para amigos, já há dinheiro!

Não aceitamos que mais de 50.000 Açorianos e Açorianas não tenham médico de família, nem que as listas de espera (para cirurgia e especialidades), em vez de diminuírem, aumentem, mais uma vez porque não há dinheiro e é preciso racionar a saúde.

Mas, ao mesmo tempo, há dinheiro para construir outra parceria público-privado, na área da radioterapia, onde metade do investimento é público. Porém, a Região

passa a pagar os tratamentos mais caros do país. Porquê? Porque a rentabilidade dos amigos tem que ser assegurada.

Fazer a diferença - nestes, como em outros casos - é colocar os recursos públicos ao serviço dos Açorianos e Açorianas, ao invés de transformar o Orçamento da Região no 'porquinho mealheiro' dos amigos do poder.

Fazer a Diferença, nos Açores, é também trazer transparência à gestão pública.

Não nos podemos conformar, com a sangria do dinheiro de todos/as, em que se tornaram as empreitadas públicas.

Ora por obras a mais, ora por obras a menos, ora por defeitos de projecto, ora por omissões na concepção, as obras públicas são um sorvedouro de dinheiros da Região; dinheiro público que vai, directamente, para os bolsos dos mesmos, sempre dos mesmos: os amigos do poder.

Ao longo desta legislatura, o Bloco de Esquerda/Açores apresentou, por duas vezes, alterações profundas ao Código dos Contratos Públicos e, por duas vezes, a maioria socialista chumbou-as, lapidarmente. Por último, foi o próprio Governo Regional a apresentar alterações, que nem de 'cosmética' podem ser chamadas. Talvez a motivação fosse a vergonha de nada fazer perante esta indecência. Contudo - e, infelizmente -, tudo ficou na mesma.

Mas, se é vergonhoso o que se passa com os contratos públicos, não é menos o que se passa com a contratação de pessoas para a Administração Regional.

Primeiro, os/as escolhidos/as entram sem concurso, a prazo. Depois, realizam-se os concursos, formalmente irreprensíveis.

Mas, camaradas, adivinhem lá quem é que fica com os lugares? Obviamente, os/as escolhidos/as que foram entrando, a prazo ou com avenças.

É esta a transparência socialista, nos Açores!

Fazer a diferença, nos Açores, também é lutar para que, quem trabalha, tenha direitos.

Não podemos aceitar que seja o próprio Governo Regional a comportar-se, como um rolo compressor dos direitos de que trabalha. E é isto que acontece, desde logo, com os/as trabalhadores/as de instituições de cariz social.

A alteração de financiamento às Misericórdias e IPSS's só serviu dois objectivos: - primeiro, desresponsabilizar o poder regional destes serviços, tão importantes para a comunidade; - segundo, pagar menos e sonegar direitos, aos/às trabalhadores/as destas entidades.

Para manterem os seus postos de trabalho, estes/as trabalhadores/as acabam por prescindir - de forma oficial ou tácita - dos seus direitos e das suas renumerações, por via da nova fórmula de financiamento destas instituições.

Desta maneira, o Governo do Partido Socialista comporta-se como um detractor dos direitos do trabalho e serve de mau exemplo para outros sectores.

E, se falarmos da pesca, camaradas, este Governo Regional lamenta, profundamente, o facto de muitos pescadores, ao longo do último ano, levarem para casa menos de 200 euros por mês.

Lamenta, mas depois chumba as propostas do Bloco de Esquerda (e das mais variadas associações do sector), quando propomos defesos ambientais, pagos por fundos europeus. E, quando se trata de accionar o Fundopesca, arranja as mais variadas malabarices - como é o caso dos seguros - para não pagar a miséria que é devida aos pescadores.

Este é o mesmo Governo que dirige uma Inspeção de Trabalho que avisa alguns patrões das suas visitas inspectivas - como, aliás, nos tem sido, cada vez mais, denunciado.

Talvez por isto - ou, também por isto - não consegue reconhecer o que se passa, no sector 'estrela' da nossa economia: o turismo.

Trabalhadores/as deste sector têm, no ordenado mínimo (ou menos ainda) o máximo a que podem almejar. Para além disso, trabalham oito e mais horas de serviço, por dia, sem subsídio de refeição ou alimentação, com horas extras que, nem são pagas, nem armazenadas num banco de horas.

Ai não aguentas? Não faz mal, há muitos/as mais à espera!

O corolário deste quadro e destas políticas são os piores índices sociais do país! É caso para dizer que, nos Açores, o patronato não precisa da direita como aliada. Tem o Partido Socialista!

Camaradas,

Queremos fazer a diferença, também, nas políticas sociais, onde apresentamos propostas concretas, pensadas e exequíveis, considerando os meios de que a Região dispõe.

E queremos, ainda, fazer a diferença, assumindo a ambição de alterar o nosso paradigma económico.

Historicamente, as diferentes monoculturas produziram a pobreza de muitos e a fortuna de alguns.

Desde há vários anos que defendemos a diversificação da nossa economia, assente em dois pilares fundamentais: o mar e a nossa posição estratégica.

Há dez anos atrás, quando o começámos a defender, éramos utópicos e irresponsáveis. Hoje, a evidência começa a entrar pelos olhos dentro de muitos/as.

O Centro de Investigação do Mar e Alterações Climáticas, na Horta, pode ser um ponto de partida para uma nova economia e um novo modelo de desenvolvimento,

assente no conhecimento e no trabalho qualificado - que, por exemplo, a biotecnologia exige e cria.

Este Centro (com todas as suas potencialidades), juntamente com a utilização da Base das Lajes para fins comerciais, podem ser duas âncoras fundamentais para os novos Açores que o Bloco de esquerda propõe aos Açorianos e Açorianas.

Camaradas,

Assumimos - hoje, como no passado - a seriedade das nossas propostas e, a prová-lo, está o nosso Projecto de Resolução que recomenda ao Governo Regional a constituição de uma Comissão Científica, organizada a partir da comunidade científica residente, na Região, para estudar a forma e tipologia do futuro Centro de Investigação.

Esperemos que o Partido Socialista, agora tão empenhado em fazer anúncios de centros de investigação - no mínimo, um por cada freguesia! -, atribua a esta proposta a consideração que ela merece e a aprove, ainda nesta legislatura. Mesmo em época eleitoral, é preciso ter calma e algum decoro!

E a nossa seriedade é a mesma, quando falamos sobre a Base das Lajes. Não andamos ao sabor dos interesses políticos de um qualquer senador luso-descendente, que se serve dos Açores para sua promoção política e pessoal.

É preciso dizer, alto e bom som, que as infraestruturas situadas nas Lajes têm de ser colocadas ao serviço do futuro dos Açores. E que, para que isso aconteça, a função militar internacional tem de acabar, devendo ser imposta uma moratória para tal. E que a saída dos norte-americanos da Base não pode implicar deixar para trás a imensa pegada ambiental que existe, neste momento, na ilha Terceira.

Sejamos sérios, também neste problema! Todas as semanas, o Governo Regional apresenta uma hipotética utilização civil para as Lajes. Para quem, ainda há poucos meses, acusava de extremismo quem o ousava propor, penso que está tudo dito sobre a seriedade da coisa. Mas uma coisa é certa: - quem é que vai investir, responsabilmente, numa infraestrutura, cujo domínio é de uma potência militar estrangeira? Esta é que é a pergunta de 1 milhão dólares!

Camaradas,

Estamos neste combate, como sempre estivemos na política: de cara levantada, apresentando aos Açorianos e Açorianas as nossas propostas e os meios para alcançar os objectivos a que nos propomos.

Nesse sentido, defendemos a necessidade de aprofundamento da Autonomia. Estamos convictos/as de que as potenciais riquezas do nosso mar, bem como o futuro da nossa vida colectiva, têm de ser, em primeiro lugar, do controle dos Açorianos, das Açorianas e dos órgãos de governo próprio dos Açores.

Temos propostas concretas para apresentar à discussão pública. São propostas ponderadas e exequíveis, bastando para tal vontade e ambição política.

E, não, não estamos a falar de charadas, do tipo daquelas que o Partido Socialista nos ofereceu, durante o seu Congresso Regional, ao propor-se acabar com o cargo de Representante da República, mas desafiando os outros a dizerem como é que tal se faz!

Concursos de adivinhas? Não, muito obrigada!

O Bloco de Esquerda/Açores apresenta-se às próximas eleições regionais, com um programa concreto, com propostas concretas para mudar a vida de quem trabalha, nesta terra. Estamos confiantes no trabalho que desenvolvemos, ao longo destes anos. Estamos confiantes nas nossas propostas e, tal como na República, assumimos as responsabilidades com que nos apresentamos ao eleitorado açoriano. Não deixaremos os nossos créditos em mãos alheias.

Temos a coragem de dizer ao que vimos e toda a disponibilidade para o debate e esclarecimento das nossas propostas. Lamentavelmente - e até este momento -, só o Partido Socialista, na impunidade da sua actual maioria absoluta, parece recusar esta postura a que a democracia obriga.

Portanto, caros e caras camaradas, companheiros e companheiras,

Temos propostas! Temos programa! Temos gente que quer uns Açores mais desenvolvidos e prósperos! Estamos à espera de quê? Vamos à luta!

# **Intervenção**

***António Lima***

Camaradas,

Em vésperas de eleições legislativas regionais, permitam-me que fale já de 2017. Pode parecer que pretendo saltar uma etapa mas o espaço da convenção regional é também o espaço certo para pensarmos a política autárquica nos Açores. Não nos podemos dar ao luxo de pensar apenas no curto prazo. O trabalho não parou desde as últimas autárquicas mas agora devemos começar a aprofundar a discussão para enfrentarmos novamente uma dura batalha eleitoral em 2017.

Temos, nos Açores, como em todo o país, uma reduzida representação autárquica mas temos um trabalho coerente, inconformado, de combate, que não desiste de fazer a diferença em cada município onde estamos representados. Nas Assembleias Municipais de P. Delgada e Ribeira Grande não nos resignamos e não nos calamos. A moção aprovada na X Convenção do Bloco de Esquerda, que se realizou há uma semana em Lisboa, apresenta como objectivo para as Autárquicas de 2017 o aumento da nossa representação nos municípios e freguesias. A meu ver, devemos apresentar-nos como alternativa no maior número possível de autarquias, aumentando o número de candidaturas. Este crescimento é fundamental para o desenvolvimento e consolidação do Bloco nos Açores e para a afirmação da nossa política socialista, alternativa e independente de interesses económicos.

As experiências em 2013 de inclusão de cidadãos independentes nas nossas candidaturas foram bem sucedidas e geraram algo muito mais duradouro e sólido do que apenas resultados eleitorais porque o nosso trabalho não terminou na noite eleitoral. Continua até hoje. Este é um caminho para continuar a trilhar.

Sabemos que no poder local o clientelismo, a pequena e até a grande corrupção abundam. O Bloco deve ser a voz que denuncia e combate a aceitação destas práticas como inevitáveis e até normais.

As autarquias devem ser responsáveis por uma política de proximidade que inclui vários serviços públicos essenciais. Devemos bater-nos pelo acesso universal e equitativo aos serviços públicos prestados pelas autarquias. Seja no abastecimento de água, nos resíduos sólidos urbanos, ou no saneamento, temos de lutar por um acesso mais justo, com escalões progressivos e consumo mínimo gratuito.

O Bloco não permitirá que estes serviços deixem de estar na esfera pública! Devemos estar atentos a tentações de privatização, principalmente no sector dos resíduos, em S. Miguel e Terceira, geridos por empresas intermunicipais.

Se perdemos a batalha contra a incineração na Terceira, em S. Miguel devemos continuar a combater com todos os meios a irresponsabilidade da construção de uma incineradora. É um negócio ambientalmente insustentável que irá desincentivar a reciclagem comprometendo anos de trabalho de educação ambiental e de investimento na recolha seletiva de resíduos. Será uma miragem cumprir as metas de reciclagem com a incineração. Este negócio é a marca da coligação entre os grandes interesses económicos, PS e PSD.

Se há sector do qual nos podemos queixar nos Açores é o dos transportes públicos coletivos. Em muitas ilhas são praticamente inexistentes noutras pararam no tempo. Se nas ilhas mais pequenas o papel das autarquias passa pela exigência de melhores transportes, nas mais populosas algumas câmaras municipais prestam serviços de transportes urbanos.

Em Ponta Delgada, por exemplo, o negócio de concessão de transporte colectivo urbano acabou em tribunal devido a uma trapalhada ruinosa e seguiram-se anos de ajustes directos injustificáveis com prejuízo para as contas da autarquia. Enquanto isso o serviço estagnou e piorou. Anunciaram-se mudanças e quase tudo ficou igual. Quanto ao essencial nada foi feito: nada de articulação entre transportes interurbanos e urbanos e nada de construção de terminais rodoviários. A maior cidade dos Açores continua a ter como terminal rodoviário a avenida Infante D. Henrique.

As cidades, as vilas, as freguesias são de todas e de todos e o espaço público deve ser para livre fruição da população e não transformado em mercadoria ou montra. Devemos defender a livre fruição do espaço público, não podemos aceitar que se vede e taxe o acesso àquilo que é comum, como começa a acontecer.

A pressão imobiliária e turística tem levado a que se licencie toda a construção sem critério, e até os PDMs foram alterados à medida. O resultado são elefantes brancos plantados em tantas das nossas ilhas. Temos de dizer Não e impedir que continuemos na senda de destruir aquilo que tornava os Açores únicos que era a nossa qualidade ambiental. Camaradas, penso que chegamos a um ponto em que devemos começar a falar também em recuperar o que se perdeu, porque em vários locais não há muito a salvar. Se assim continuarmos, os Açores enquanto região de elevada qualidade ambiental, serão pouco mais do que marketing barato sem qualquer adesão à realidade.

O trabalho para 2017 não começa agora nem em outubro: começou em 2013 e antes antes disso. Desde que há Bloco nos Açores que trabalhamos para levar às autarquias propostas que coloquem as pessoas à frente dos interesses das elites.

Numa região governada há 20 anos pelo PS, onde PS e PSD repartem a grande maioria das autarquias, o Bloco já mostrou uma prática e intervenção diferente, é tempo de alargarmos essa intervenção a mais concelhos e freguesias e aumentar a nossa presença onde já estamos representados.

Camaradas, não há outro caminho. Se queremos ser alternativa no país, na região e em cada uma das nossas ilhas e concelhos temos de ser também um partido da intervenção local. Temos de fazer política onde quer que ela esteja: na rua, nas autarquias, na assembleia regional, na assembleia da república. Temos de estar em todas as frentes e se hoje ainda somos poucos, ontem fomos menos e amanhã, não duvido, seremos muitos mais.

Viva o Bloco de Esquerda!



# **Intervenção**

***Carlos Oliveira***

Como docente contratado em escolas públicas há 18 anos, podia ter alguma animosidade em relação à escola pública, mas como bebi os meus ideais no sistema público de educação, venho a esta Convenção para juntar a minha voz à luta do BE em defesa da escola pública e contra os oportunismos e os interesses privados sustentados por dinheiros públicos.

Se ao longo dos últimos anos tem existido dinheiro para instituições privadas de ensino, enquanto o sector público é massacrado e despojado de investimentos e financiamento, o Governo da República tomou medidas justíssimas para pôr fim aos negócios privados na educação em Portugal.

É tempo de exigir que parte desses dinheiros públicos sejam canalizados para um verdadeiro e consciente investimento nas escolas públicas.

É tempo do Governo Regional e do PS Açores seguirem os passos de Lisboa, e diminuírem os apoios públicos aos interesses privados na região.

O Governo Regional e o PS Açores têm de ser coerentes e corajosos para investir nas escolas públicas da região, não apenas em embelezamentos exteriores, mas sim na sua reabilitação, pois existem problemas mais graves do que aspectos visuais.

Um investimento real na nossa escola pública é um investimento no futuro da região. É investir no futuro, é investir nos cidadãos do futuro, proporcionando-lhes qualidade no seu processo de ensino-aprendizagem.

Uma escola pública de qualidade, passa por oferecer aos alunos, docentes e auxiliares, estruturas físicas de qualidade para que o processo educativo tenha mais sucesso.

Entendo que o BE Açores pode e deve ter uma acção importante na defesa da escola pública, batalhando por um ensino mais humanista e menos tecnocrata; defendendo a criação de um fundo para cada escola destinado ao desenvolvimento de projectos, sem que os alunos e os docentes tenham de andar a “mendigar” apoios; promover uma maior inserção no mercado de trabalho dos jovens que concluem os cursos técnico-profissionais e batalhar pela dignificação dos docentes em especial pelos contratados de longa duração.

Assim, o BE Açores pode contar com o meu apoio.

Força bloquistas!

# **Intervenção**

***Jorge Kol de Carvalho***

Os Planos de Ordenamento do Território nascem da necessidade de se perspectivarem políticas territoriais capazes da salvaguarda dos recursos naturais inerentes ao território propriamente dito e dos recursos económicos que lhe assistem.

A existência de Planeamento e a sua implementação na salvaguarda daqueles valores, condiciona as respectivas intervenções, impõe disciplinas, institucionaliza regras, define estratégias, a que desde sempre fomos avessos, preferindo sempre o improvisado, muito mais a nosso gosto.

É deste modo, sem regra, que não é de agora, que a maioria das nossas fundações, atenção que não estou a falar das do Armando Vara, mas das nossas cidades, ao contrário das espanholas, não obedecem a um plano, mas a uma adequação à topografia local, constituída por tiras nas curvas de nível com uma disposição que sendo desordenada lhe confere um carácter muito próprio.

O Planeamento requer tempo; tempo para pensar o que se quer, e como se quer, para sedimentar ideias...

(e por isso fico muito nervoso quando à terça nascem ideias para plantar ao sábado! Não é Zuraida?).

Dos anos 80 para cá o poder político economicamente com mais recursos capazes de regatearem novos protagonismos e especialmente interesses próprios, considerou-se espartilhado por condicionantes de carácter técnico e económico que assistiam ao Planeamento e lhe impunham disciplina e regras.

A pouco e pouco, em aceleração progressiva eliminou a cultura técnica que lhe assistia, fazendo propositadamente definhar os gabinetes, os laboratórios e os departamentos públicos que sustentavam aquele pensamento político próprio do Estado.

E se no urbano era claro que a inexistência de planeamento permitia a subversão das adequadas soluções e mais facilmente o acesso ao negócio sempre tão apetecido e disputado na construção civil, já no ambiente de preocupação recente, não era no princípio claro que assim fosse, e por isso foi objecto de planos de ordem vária tendentes à sua salvaguarda, a que a própria Região não estava imune, como foi o caso da eutrofização da Lagoa das Furnas que para travagem e inversão dos seus agentes conduziu ao seu estudo e conseqüente Plano de Ordenamento da sua Bacia.

O Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas, elaborado pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, promulgado em 2005 (já lá vão 11anos!), teve por objectivo, segundo texto do próprio Plano “a alteração do uso e ocupação do solo da respectiva bacia hidrográfica por não ser o mais adequado, tendo por isso levado à progressiva eutrofização do seu plano de água”.

O Plano pelas razões que o fundamentam, na prossecução dos seus objectivos de travagem e inversão do sistema de eutrofização da lagoa, originado pela drenagem de nutrientes das explorações agrícolas e pecuárias da sua bacia, erradica daquela a ocupação pecuária, condiciona a exploração agrícola e recomenda a florestação.

Para a sua implementação no terreno, conducente “à recuperação ambiental e paisagística”, o Governo Regional desenvolveu entre 2007 e 2010 um processo de aquisição dos terrenos para supressão das explorações pecuárias existentes na bacia hidrográfica, conforme o Plano determina.

Este processo de aquisição de todas as parcelas da bacia hidrográfica com exploração pecuária, que nos termos do Plano importava recuperar em abono da reabilitação da lagoa, por discordância e oposição de alguns proprietários com prerrogativas especiais face à falta de firmeza do Governo, não seria concluído na totalidade.

A situação de oposição destes proprietários originaria a resolução fácil de permuta das suas parcelas por outras anteriormente expropriadas, consubstanciando pelo facto, ilegalidade no quadro do regime de expropriações, demonstrando contudo publicamente aos mais incautos tratamento do assunto e remetendo aquelas explorações para áreas mais afastadas, menos visíveis localizadas nos limites do Plano.

A manutenção da ocupação pecuária daquelas parcelas, para além da referida ilegalidade no quadro do regime de expropriações, constitui ainda incumprimento do Decreto Regulamentar Regional nº2/2005/A de 15 de Fevereiro, que promulgou o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas.

Neste quadro de incumprimento da legislação, determinada pela troca de parcelas operada no âmbito das expropriações, o Governo Regional incapaz de uma actuação firme e igual para com todos os proprietários, que o teria impedido das duas ilegalidades, entendeu que mais fácil seria alterar as condições naturais de drenagem da Ribeira do Salto da Inglesa, como forma de retirar aquelas parcelas da Bacia Hidrográfica da Lagoa, subtraindo-as, mediante obras de construção civil, da área afectada ao Plano, e simultaneamente “legalizar” as suas ilegalidades.

Contudo, o incumprimento decorrerá sempre até à conclusão da obra de “desvio dos afluentes da Ribeira do Salto da Inglesa”, e que consiste na construção de duas bacias de retenção, associadas a um canal entubado até à Ribeira da Alegria, cuja conclusão está prevista para finais de 2017, perfazendo então doze anos.

A existência do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas elaborado nos pressupostos da necessidade de alteração do uso e ocupação do solo que afectam negativamente a Lagoa, fundado certamente em avaliação de impacte ambiental, ao ser objecto de alteração, por supressão de determinada área para manutenção das condições negativas de uso e ocupação do solo daquela, recomendaria, no âmbito da obra em curso, a elaboração do respectivo Estudo de Impacte Ambiental, sob pena de discrepância propositada, determinada por interesses objectivados fora do quadro ambiental no tratamento dos respectivos problemas equacionados.

Por definição “a avaliação de impacte ambiental é um instrumento preventivo fundamental da política do ambiente e do ordenamento do território” que no presente caso deveria ter sido equacionada tanto mais que aquele Plano assim o recomendaria preventivamente, mas que o Governo Regional assim não o quis em abono de supostas economias, de pressas que se não coadunam com o pensar, e sobretudo pela libertação das condicionantes que o estudo pudesse vir a equacionar, cerceando medidas casuísticas.

A falta do Estudo de Impacte Ambiental para o Projecto em curso, a manutenção das condições irregulares face ao Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica, e a solução também irregular de permuta efectuada com áreas anteriormente expropriadas com manutenção das condições de uso e ocupação do solo anteriores, configuram demasiadas irregularidades em que o Ambiente, pela mão dos seus “gestores”, abençoado pela Universidade dos Açores, é demasiado fragilizado e contaminado por interesses que não ambientais, como à partida, não seria de imaginar.

Não sendo este caso único nos descuidos ambientais da Região que se apregoa de “Natureza Intocada”, aqui e ali Reserva da Biosfera, agora “Certificado por Natureza” e por aí adiante, para os quais é exigível uma Estratégia, é caso para questionar:

Ambiente? Que Estratégia?

# Intervenção

***Manuel Rocha***

Camaradas,

Oiço dizer que alguns portugueses estão preocupados em resolver os problemas dos refugiados que vêm da Síria, Iraque, Líbia e outras nações, que todos os dias chegam em grande número à Europa.

Pergunto-me, Portugal está preparado para resolver esses ditos problemas com os refugiados.

Na minha opinião, digo que Portugal não está preparado, pois acho que em primeiro lugar temos de resolver a fome de idosos, jovens e principalmente das nossas crianças, resolver o problema dos 2 milhões de pessoas a viverem abaixo do linear da pobreza, o desemprego em Portugal, 11,6%, no qual o desemprego jovem se situa na casa dos 38%. Temos de olhar com muito cuidado para o desemprego de longa duração e também para os desacreditados pois ainda são em grande número. Resolvidos esses nossos problemas, aí sim vamos dar a mão aos que nos pedem ajuda, porque é nosso dever moral e humano de o fazer.

Mas no entanto, vejo algumas organizações não governamentais dizerem que nós portugueses estamos mal informados, pois digo que não meus senhores e senhoras, sabemos que a União Europeia é quem manda o dinheiro para os ditos refugiados, pois mas com o dinheiro dos nossos impostos, visto que somos cidadãos de pleno direito da mesma união na qual nunca fomos chamados a dar opinião ao modelo sócio-económico e monetário da mesma.

Senhores governantes, não destruam mais o nosso querido País.

Um bem haja ao povo Português, vamos refletir nisso.

Viva Portugal

Viva os Açores

Viva ao Bloco de Esquerda

# Intervenção

***Patrícia Sousa Medeiros***

Camaradas,

Falo-vos de um problema corrente na produção leiteira, que se prende com o sistema de classificação do leite dos Açores, feito pelo SERCLA (serviço oficial de classificação do leite) pertencente ao estado. Passo a explicar, fazem-se colheitas de amostras do leite no ato da sua entrega nos postos de recolha e uma amostra segue para o laboratório onde é feita a classificação de acordo com a Portaria nº75/2009 de 17 de setembro, nesta amostra são feitas determinações de alguns parâmetros, entre os quais teores em proteína e gordura, e pesquisa de resíduos antibióticos (resultantes normalmente de algum tratamento veterinário administrado ao animal). Este último, o parâmetro mais temido pelos produtores de leite.

O SERCLA utiliza testes que detetam se há ou não resíduos de antibióticos no leite, próximos ou iguais aos limites máximos de resíduos (LMR), permitidos por lei. Limite abaixo do qual o leite não apresenta qualquer perigo para a saúde pública.

Acontece que o produtor açoriano está a ser injustamente penalizado em relação aos produtores nacionais, a legislação regional não quantifica o teor em resíduos de antibióticos, só qualifica apenas se há ou não antibiótico na amostra de leite. A determinação dos LMR (limites máximos de resíduos) dos antibióticos é considerado o principal parâmetro para a validação dos testes de deteção de resíduos. Tem de haver o uso de metodologias adequadas para a análise, que sejam confiáveis, exequíveis e compatíveis com os recursos laboratoriais existentes.

Os sistemas de legislação e fiscalização ainda se mostram ineficientes para a resolução do problema.

O método usado pelo SERCLA é passível de detetar antibióticos onde não os há, os chamados falsos positivos. A coima é de 50% do vencimento mensal do produtor (ou seja perda de 50 pontos na classificação do leite), que além de ficar com cadastro pode ainda ter o seu leite rejeitado pela fábrica, caso exista uma segunda ocorrência.

O produtor não consegue defender-se, a legislação regional, ao contrário do que acontece no continente português, não prevê a contra-análise.

Na região a tolerância ao antibiótico no leite é zero, o que não é correto, como disse e repito, há LMR (limites máximos de resíduos) permitidos que quando não excedidos não causam qualquer problema à saúde do consumidor.

No ano 2015, 10 produtores micaelenses sofreram penalizações sem saberem se o teor de resíduos de antibióticos estava dentro dos parâmetros permitidos por lei, e não lhes foi permitida a obtenção de uma segunda análise ou contraprova.

No continente português existe a ALIP (Associação Interprofissional de leite e laticínios), que possui um laboratório independente creditado, o que não está regulamentado na região.

Os nossos produtores sujeitam-se às sanções que lhes são impostas sem qualquer possibilidade de defesa.

Camaradas não posso terminar, sem denunciar, o que alguns produtores me revelaram... as negociações de compra e venda de leite dentro da indústria leiteira de S. Miguel. As fábricas Insulac e Bel estão a comprar leite à fábrica Unileite.

Estas fábricas (Insulac e Bel) obrigam os seus produtores a assinarem contratos extremamente penalizadores. Estabelecem limites de produção, a partir dos quais o produtor paga coima sempre que os excede. Há produtores que tiveram que reduzir a sua produção de modo a respeitar o contrato assinado, e muitos venderam o leite a preços insignificantes, sujeitando-se às coimas aplicadas, para não reduzirem a produção.

Na atualidade a Insulac e Bel estão a comprar leite à Unileite que sempre beneficiou os seus produtores tanto no preço do leite como não impondo limites de produção.

Os produtores sentem-se lesados e indignados, como é possível as suas fábricas estarem a receber o leite de outros produtores pertencentes a outras fábricas, quando a sua produção é recusada ou reduzida. Não esquecer que as fábricas recebem dinheiro do governo regional.

Como é possível a Insulac e Bel terem obrigado à redução da produção, aplicarem coimas e estarem, por falta de leite para laborar, a comprar diretamente à concorrência.

Camaradas, até que ponto isto é correto?



# **Intervenção**

***Raquel Pereira***

O Bloco de Esquerda é contra o Turismo. Já todas e todos ouvimos esta acusação. Nada mais falso.

O Bloco é a favor do turismo nos Açores. É a favor do turismo que respeita a natureza, que promove a conservação das espécies e o bem estar animal.

O Bloco de Esquerda é a favor de uma estratégia de turismo nos Açores que não seja pela sua massificação nem pela criação de uma monocultura que seque todos os outros sectores económicos e absorva todos os recursos e que, perante a mínima tempestade, colapse a nossa economia e as nossas vidas.

O Bloco é a favor do Turismo que ponha em primeiro lugar a qualidade de vida de quem aqui vive 365 dias por ano. Que respeite o nosso direito à habitação e à utilização livre dos espaços públicos. O precedente está aberto, começou-se com a concessão a privados da Poça da Beija, nas Furnas, com a respetiva cobrança de bilhetes que neste momento já atingem preços inoportáveis para a maioria dos residentes. Seguiram-se a Caldeira Velha e a Lagoa das Furnas. Sob o pretexto da manutenção dos espaços, afastam-se os residentes daquilo que é público e seu por direito para gerar receitas e lucros.

O Bloco de Esquerda é a favor do Turismo que não se baseia na construção de mais e mais grandes hotéis sem fim à vista e sem sabermos quando paramos. O caminho são pequenas unidades turísticas onde a relação com a a vivência local e com a natureza pode ser realmente vivida e experimentada.

O Bloco é a favor do Turismo que dignifica o trabalho, e respeita os direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Turismo. Recusamos o Turismo que explora, retira direitos laborais e quer criar um novo exército de trabalhadores ao dia.

Dizem-nos que o Turismo é o futuro dos Açores, pedem aos jovens que invistam na sua educação com vista a encontrarem emprego nesta área. Mas as condições que os esperam são a precariedade, salário mínimo, ausência de horários e folgas, enfim, um completo desrespeito pela dignidade das pessoas e pelas leis do trabalho. A qualidade que se apregoa para o turismo nos Açores não é possível quando quem presta os serviços não tem emprego de qualidade nem qualidade de vida.

Camaradas, ao contrário do que, por vezes, querem fazer crer às pessoas, não somos contra o Turismo e o seu desenvolvimento. O que queremos é que este sector económico, como todos os outros, cresça e se desenvolva respeitando as pessoas e o ambiente. Um turismo de natureza de verdade, porque não nos

podemos vender como tal e na realidade não fazer outra coisa senão grandes empreendimentos turísticos e elefantes brancos.

Se continuarmos neste caminho que o Governo Regional tem desenvolvido, a imagem que demoramos décadas a construir de uma região de “natureza intacta” perder-se-á. Então perguntaremos o que falhou para o colapso de mais um sector da nossa economia.

# Intervenção

***Raquel Rego***

Caros Camaradas, estimados convidados e convidadas,

Nesta minha breve intervenção, gostaria de falar um pouco dos DIREITOS DOS TRABALHADORES. Provavelmente, há alguns séculos atrás, algum trabalhador ou trabalhadora algures neste mundo teve a coragem de proferir duas palavras mágicas como resposta ao autoritarismo e despotismo patronal: Estas palavras foram: Não aceito!

Foi a partir desta negação que abriu-se o caminho para uma longa e dura luta pela conquista dos direitos dos trabalhadores. Hoje, em pleno século XXI este tema não é, infelizmente, um tema obsoleto. Bem Pelo contrário! A anterior coligação de direita protagonizada por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas ameaçou, e de que maneira, todos os direitos até agora conquistados pelos trabalhadores. A política Neo -Liberal deliberadamente escolhida por esta dupla, não só acentuou a precariedade laboral como, promoveu a perda de salários, das horas extras, das reformas, contribuindo, desde modo, para o aumento de situações imorais entre os trabalhadores, que acabaram como todos nós vimos em alguns tumultos sociais, manifestações, e sucessivas greves.

Novos desafios se aproximam. O desmantelamento da Europa tal como a conhecemos é uma possibilidade cada vez mais real, agora com o fenómeno, já consumado, do Brexit. Os trabalhadores e os seus direitos continuam sendo um dos elos mais fracos e um dos mais apetecíveis de atingir pela dominante política capitalista!

E o que é que a classe trabalhadora não aceita, nem nunca ACEITARÁ?

Ora, não aceita nem aceitará abdicar da DEFESA:

DA MANUTENÇÃO DOS SEUS SALÁRIOS E PENSÕES

DA CONTRATAÇÃO COLETIVA:

DA REDUÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO PARA 35H SEMANAIS NO PÚBLICO E NO PRIVADO

DO TRABALHO DIGNO E REMUNERADO

DO CUMPRIMENTO RIGOROSO DO ESTABELECIDO NO CONTRATOS

DO DIREITO À PROTECÇÃO NA DOENÇA E NO DESEMPREGO

DA IGUALDADE DE GÉNEROS NO TRABALHO

DE FÉRIAS REMUNERADAS

DA OPORTUNIDADE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA

No fundo, não abdicará, da defesa de todos os direitos consignados na Constituição da República Portuguesa.

Neste contexto, tem sido indiscutível o papel do Bloco de Esquerda no resgate e defesa destes direitos. De facto, O Bloco assume-se como o partido de esquerda que mais lutou e luta por todos nós, pela sobrevivência e manutenção desta grande conquista que foi também o próprio Estado Social! Quer seja propondo medidas concretas na ASSEMBLEIA QUER APOIANDO INEQUIVOCAMENTE O DIREITO À GREVE.

Chegamos pois a um ponto fulcral: O direito à Greve.

Nenhum trabalhador faz greve porque sim, porque lhe apetece. Nenhum. Todas as greves têm um motivo. E o motivo é sempre a precariedade, baixos salários, perda de direitos. Aquando da última greve dos estivadores, o Bloco Açores esteve solidário com esta luta. E, pasmem-se! fomos acusados de estar contra os interesses dos açorianos . Como sabem devido à nossa condição arquipelágica, é normal que qualquer greve feita nos portos continentais também tenha repercussões negativas na economia açoriana.

Não é isso de certo que desejamos, mas o Bloco não pode negar a sua natureza, a sua essência. Nós somos a personificação do combate pela dignificação do trabalho Não respeitar esta premissa era ser cúmplice dos patrões e das suas acções atroz, gananciosas e profundamente injustas! E isso, sim, a longo prazo, era estar contra os TRABALHADORES E INTERESSES açorianos.

Nesta actual DESUNIÃO EUROPEIA já houve mesmo um Presidente que pretendia abolir o direito do seu Povo à greve! François Hollande precisa mesmo de umas lições acerca do que é ser-se realmente de esquerda!

O Bloco é o VERDADEIRO partido da Esquerda Portuguesa.

O Bloco tem MERECIDO A CONFIANÇA DOS SEUS ADERENTES.

O Bloco VAI CRESCER A NÍVEL NACIONAL .

O BLOCO VAI CRESCER NOS AÇORES.

O POVO AÇORIANO PRECISA E MERECE MAIS E MELHOR! O Bloco tem nos seus representantes açorianos o FOGO TRANSFORMADOR, não o fogo que queima, mas o que AQUECE, o que ACOLHE, o que PROTEGE AS NOSSAS GENTES, AS NOSSAS ESPECIFICIDADES E A NOSSA AUTONOMIA!

VAMOS TODAS E TODOS TRABALHAR PARA ISSO!

VIVA O BLOCO DE ESQUERDA!

VIVA OS TRABALHADORES!

VIVA OS AÇORES!



# Intervenção

## *Tibério Puim*

Caros camaradas, é com enorme prazer que participo na minha 1.<sup>a</sup> Convenção Regional do BE/A, logo após ter sido estreante, também na Nacional, no passado fim de semana.

Tenho um percurso, ainda curto, mas muito gratificante, tanto pelo que já vivenciei, como pelos camaradas que acabei por conhecer, e que com eles muito tenho aprendido e espero vir a aprender muito mais.

Temos crescido, e ainda bem. Cada vez mais somos um grupo maior, um grupo em crescimento, e que muito tem aprendido com quem por cá trilha há já alguns anos. A prova desse crescimento é o número de novos aderentes que temos tido semanalmente em todas as ilhas e a criação de novos Núcleos.

Eu recebi o convite, fui incentivado e aceitei o desafio, e sou, de momento o representante de um dos Núcleos mais recentes, neste caso, no concelho da Lagoa, em São Miguel. Um núcleo pequeno ainda, é certo, mas que assumo e admito tentar lutar ao máximo, para que cresça.

Apelo-vos, e, também aos camaradas que não estão aqui presentes. Esse crescimento é muito importante e será mais ainda. Desafio-vos a avançarmos no terreno, e fazemos todos juntos um BE/A maior ainda. Vamos à luta e trazer mais camaradas que se queiram juntar a nós. Lutemos por, além de fazer crescer os Núcleos e concelhias que já temos, entrarmos em “terreno” novo. Novas freguesias, vilas, concelhos. Vamos mostrar que o BE/A ganhou asas e voa, voa longe e voa forte, mais forte do que nunca.

Este crescimento que temos tido e que mais vamos ter ainda, trará resultados, dará frutos e a breve trecho.

Nas próximas eleições regionais, em Outubro, vamos dar a voz e o poder aos açorianos de escolherem pelo melhor, por quem os ouve e defende, por quem lhes quer dar o que é seu, por direito, e vamos aumentar o nosso grupo parlamentar na assembleia regional para termos força para isso mesmo.

Este crescimento é para continuar, e em 2016 faremos a grande diferença nas regionais, e 2017 ficará marcado pelas autárquicas, e estou certo, que tanto num como noutro ato eleitoral o BE/A obterá resultados históricos. Este ano vamos “colorir” um pouco mais a bancada parlamentar, e para o ano, vamos lutar para entrar em autarquias, de forma reforçada, e noutras vamos entrar como estreantes.

O BE/A não parou no tempo nem está estanque. Está vivo, e mais vivo do que nunca.

É por acreditar em nós e do que somos capazes, que aqui estou, e continuarei a estar, sempre.

Força Camaradas, Viva ao BE/A.

## **Comissão Coordenadora Regional eleita:**

Alexandra Manes